

RENATO JORGE DA SILVEIRA – Ten. - Cel. QOPM

ESTABILIDADE DOS ALUNOS DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS

Trabalho técnico-científico apresentado como
requisito à conclusão do Curso Superior de Polícia

Orientador de conteúdo:

Cel. PM RR JORGE LUIZ RODRIGUES

Orientador metodológico:

Professor MÁRCIO S. B. SILVEIRA DE OLIVEIRA

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

2006

**Ainda que eu falasse a língua dos homens e dos anjos,
e não tivesse amor
seria como o metal que soa ou como o címbalo que retine**

**E ainda que tivesse o dom da profecia, e conhecesse todos os mistérios,
e toda a ciência, e ainda que tivesse toda a fé,
de maneira tal, que transportasse os montes,
e não tivesse amor, nada seria**

**E ainda que distribuísse todos os bens para sustento dos pobres,
e ainda que entregasse o meu corpo para ser queimado,
e não tivesse amor, nada disso me aproveitaria.**

Corintios, Cap. 13, v. 1 a 3.

Para a Alaíde, amada minha. Para o Eduardo, Gabriela e Fernando, frutos desta paixão. Mesmo ausente do convívio, por causa deste trabalho, eu sei que vocês estavam torcendo por mim. (Por ter deixado de ensinar o Fernando a dirigir, por não assistir o filme com a Gabriela, por ter dormido no sofá e não ter conversado com o Eduardo, por não ter ido ao aniversário em Guaratuba com a Alaíde, por tudo eu peço perdão). Muito obrigado, e que ELE lhes cubra de bênçãos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, ao Grande Arquiteto do Universo, por ter me concedido inteligência, para discernir o certo, brio para lutar pelo certo, e sapiência para resignar-me quando não puder mudar o que não está certo.

Aos meus Pais, Augusto e Ivonete (in memoriam), pelo dom da vida e por me ensinarem o caminho certo, dentre tantos que surgiram na minha vida.

À Polícia Militar do Paraná, minha gratidão e o meu alento que continuará sempre representando o ideal da minha vida profissional. Há tanto para se fazer: que a minha pequena contribuição possa melhorá-la.

Ao meu orientador de conteúdo, Coronel Rodrigues, a quem ousou chamar de amigo, pois tenho a honra de poder dizer que não somente aqui neste trabalho é meu orientador, mas em outras escolas da vida, me orienta, direciona, ensina caminhos, incentiva, às vezes repreende quando me desvio do caminho e me conduz de volta ao CAMINHO DA LUZ. Os valores repassados me são úteis tanto na Polícia Militar como na vida. Não há palavras capazes de exprimir a minha imensa gratidão, ousou traduzi-la em apenas três: "DEUS LHE PAGUE".

A estes loucos que dividiram a sala de aula durante o curso, desejo que sejam felizes, que alcancem os seus objetivos. A tristeza me invade ao pensar que não mais partilharemos a sala de aula, as discussões intermináveis, e chegar ao final vendo que todos estavam certos, pois militavam por uma Polícia melhor. Alguns se afastarão para cuidar de suas vidas, porém o sentimento de camaradagem é um só. Peçamos em uníssono QUE DEUS NOS ABENÇOE A TODOS.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	viii
RESUMO	x
JUSTIFICATIVA	xi
1 INTRODUÇÃO	1
2 OBJETIVOS	4
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	5
3.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	5
3.2 O PAPEL DA POLÍCIA.....	6
3.3 A POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ	9
3.4 O SERVIDOR PÚBLICO MILITAR.....	11
3.5 ESCOLA DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS.....	13
4 O SERVIÇO PÚBLICO MILITAR	18
4.1 O INGRESSO.....	18
4.2 A ESTABILIDADE.....	21
4.3 A DISPENSA.....	29
5 PROBLEMATIZAÇÃO E HIPÓTESES	35
5.1 ENUNCIÇÃO FILOSÓFICA DO PROBLEMA.....	35
5.2 A EVASÃO DURANTE O CURSO.....	36
5.2.1 O Problema Disciplinar.....	39
5.2.2 O Aproveitamento Escolar.....	41
5.3 ENUNCIADO DAS HIPÓTESES.....	43
6 POLÍCIAS MILITARES DE OUTROS ESTADOS	44
6.1 POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA BAHIA.....	44
6.2 POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	48
7 OUTRAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS.....	50

7.1 DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL.....50

8 CONCLUSÃO 53

9 PROPOSTA 59

REFERÊNCIAS 74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PMPR	-Polícia Militar do Paraná
CF	-Constituição Federal
APMG	-Academia Policial Militar do Guatupê
EsFO	- Escola de Formação de Oficiais
CFO	-Curso de Formação de Oficiais
CFSd	-Curso de Formação de Soldados
Cmt.	-Comandante
Cmdº.	-Comando
2º Sgt.	- Segundo Sargento
CG	-Comando-Geral
ES	-Espírito Santo
RS	-Rio Grande do Sul
1º Ten.	-Primeiro-Tenente
QO	-Quadro Organizacional
UFPR	-Universidade Federal do Paraná
Const. Rep.	- Constituição da República
AI-1	-Ato Institucional número um
FHC	-Fernando Henrique Cardoso
PM	-Policial-Militar
DP/SJD	-Diretoria de Pessoal/Seção de Justiça e Disciplina
CONJUR	-Consultoria Jurídica
EMFA	-Estado-Maior das Forças Armadas
RDE	-Regulamento Disciplinar do Exército
ND	-Notas Disciplinares

Maj.	-Major
Ten.-Cel.	-Tenente-Coronel
Sr.	-Senhor
APM	-Academia Policial Militar
PMMT	-Polícia Militar do Mato Grosso
Cap.	-Capitão
PMBA	-Polícia Militar da Bahia
CESPE	-Centro de Seleção e de Promoção de Eventos
UnB	-Universidade de Brasília
DF	-Distrito Federal
DPF	-Departamento de Polícia Federal
DRS	-Divisão de Recrutamento e Seleção
ANP	-Academia Nacional de Polícia
RCFA	-Regulamento do Centro de Formação e Aperfeiçoamento
S. S.	-Serviço de Saúde
CFA	-Centro de Formação e Aperfeiçoamento
PMERJ	-Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
Sic	-Assim (advérbio latino que significa transcrição literal)

RESUMO

O presente Trabalho Técnico-Científico objetiva propor uma solução para o problema dos Alunos-Soldados quando demonstrarem serem desajustados às normas da vida policial. Àqueles Alunos que tem um comportamento fora das regras de boa convivência social, que não se adaptam à Polícia Militar, problemáticos, que não internalizam os valores mais básicos da vida em caserna, é que este trabalho é direcionado.

Atualmente a Polícia Militar não possui instrumentos eficazes para dispensar os Alunos-Soldados, que demonstram desajustamentos dentro da vida miliciana, isso não significa que é um cidadão ruim, ou de segunda classe, apenas não se enquadrou dentro daquilo que a Polícia Militar e a sociedade desejam, logo não pode permanecer dentro da organização.

Buscaram-se parâmetros em outras Polícias Militares e outros órgãos públicos com situações similares. Paradigmas foram criados, houve uma preocupação em procurar subsídios para formular uma proposta coerente. De tudo que foi pesquisado, algumas não se aplicam à Polícia Militar do Paraná. Entre as que podem se aplicar, foi realizada uma triagem, adicionada a conhecimentos oriundos de nossa organização, culminando com uma proposta viável e exeqüível.

Após várias reflexões, foi apresentada a seguinte proposta: o Curso de Formação de Soldados deve ser mais uma etapa do processo seletivo, pois o Aluno-Soldado ainda está sendo avaliado, moldado, e quando apresentar desvios de comportamento quer seja na esfera disciplinar, escolar, ética ou moral, a Instituição pode dispensar o Aluno-Soldado, desligando-o do Curso de Formação de Soldados e quando civil, da Polícia Militar do Paraná.

JUSTIFICATIVA

A Polícia Militar do Paraná é uma Instituição sesquicentenária, que além de prestar os seus serviços à comunidade, ainda tem por atribuição a tarefa de formar, especializar e aperfeiçoar os seus recursos humanos, em todos os níveis hierárquicos.

Tal mister foge das características das demais escolas, as quais formam, preparam para fora, enquanto a Polícia Militar forma para dentro, para si. No mercado de trabalho não vamos encontrar homens formados/graduados em policiamento ostensivo. A Polícia Militar é que tem de prepará-los, donde conclui-se que em matéria de ensino a Instituição volve-se para si mesmo.

E o que fazer quando o Aluno-Soldado apresentar problemas de inaptidão profissional ou disciplinar? Ou quando demonstrar não ter incorporado os valores éticos que são imprescindíveis a todo policial-militar? Qual o mecanismo técnico, administrativo ou jurídico que a Corporação tem para evitar que esse futuro policial-militar, que ora demonstra ser um desajustado na nobre profissão policial militar, forme-se e venha a comprometer a higidez da segurança proporcionada pela Polícia Militar à comunidade paranaense?

A necessidade de um mecanismo célere, eficaz e eficiente para defender a sociedade de um policial-militar fora dos padrões éticos, profissionais e morais, enquanto ainda no período de formação é que justifica o presente trabalho.

Na ausência desse mecanismo é que ousamos propor no final uma solução capaz de defender a sociedade e a própria Polícia Militar, pois a falta de tal defesa em geral, vem a comprometer a segurança e a paz social.

A Polícia Militar vem buscando soluções para suplantar as dificuldades ora elencadas. Diversos projetos já foram elaborados, como a Comissão de Sindicância, a Sindicância Disciplinar, Normas Gerais de Ação.

As soluções pretendidas, entretanto, demonstraram não serem ainda eficazes. Muito pelo contrário, acabaram gerando um clima de impunidade entre os Alunos-Soldados, reinando no seio das Escolas de Formação de Soldados a sensação de impotência do Comando em aplicar medidas corretivas naqueles alunos que se desviaram das normas.

No momento atual, buscam-se formas de defender a comunidade dos desmandos de policiais inescrupulosos, por que a sociedade grita em cada ação de violência gratuita da Polícia Militar. À Polícia Militar é também atribuída responsabilidade pelas mazelas sociais que afligem o povo paranaense e brasileiro. Formar policiais-militares cada vez melhores, para poder fazer frente a toda a sorte de cobranças da sociedade, da qual também fazemos parte, e somos ao mesmo tempo repressores, para aqueles que violam as regras de convivência social, e socorro, para aqueles que necessitam.

1 INTRODUÇÃO

Quando uma instituição possui como missão constitucional a preservação da ordem, a manutenção da paz social e a tranquilidade pública, não pode ficar à margem da sociedade, alheia ao seu progresso, mas sim evoluir, crescer com ela, pois dependerá dela, tanto quanto ela dependerá da instituição, enfim uma simbiose.

A Polícia Militar do Paraná, desde a sua fundação há 152 anos, não tem acompanhado a evolução da sociedade paranaense, sendo muitas vezes pressionada politicamente, criando situações desagradáveis por impossibilidade de executar os serviços que a sociedade clama. Outras vezes, atropelada por legislação de improviso, para teoricamente dar respostas imediatistas e tirar o ranço ditatorial de governos anteriores, causando implicações importantes na conjuntura interna da Instituição.

Dentro desse contexto, temos a política de pessoal, onde nós encontramos o maior valor que a Instituição possui – o elemento humano – recurso por demais importante para deixarmos de ponderá-lo.

O elemento humano dentro da Instituição é avaliado quando do seu ingresso, para verificar seu ajustamento dentro dos parâmetros exigidos pela Corporação e pela sociedade. Entretanto, não é feito um acompanhamento rotineiro depois do ingresso. Só lembramos disso quando o policial-militar causa problemas, tanto para a comunidade, quanto para a Polícia Militar, provocando embaraços e gerando descrédito para a Instituição.

Entre as classes de policiais-militares, encontramos os Alunos-Soldados, aqueles que um dia terão como atribuição a segurança da população. Serão eles que darão o primeiro atendimento, senão o único quando tiverem sua segurança violada. Logo, nós temos a obrigação de formar os melhores Policiais para a Polícia Militar.

Ao verificarmos a legislação pertinente sobre pessoal, encontramos a Constituição Federal que dispõe sobre o ingresso do funcionário público, sua estabilidade e as condições de sua dispensa do serviço público. A "Lex Major" refere-se ao funcionário civil, e remete à legislação infraconstitucional a condição do servidor público militar.

Analizando a legislação peculiar e específica dos servidores públicos militares estaduais encontramos três situações possíveis de acordo com a condição pessoal desses servidores, a saber:

- O Oficial só será exonerado do serviço público se for julgado incompatível com exercício da função;
- O praça policial-militar com estabilidade presumida, será submetido a um processo disciplinar administrativo, para ser excluído da Corporação;
- O policial-militar sem estabilidade, para ser excluído necessita também ser submetido a um processo administrativo disciplinar.

O Oficial tem a sua situação prevista em lei estadual, assim também como o praça com estabilidade presumida. Porém o praça sem estabilidade tem a situação não em uma lei, mas em uma Portaria Interna do Comando-Geral da Corporação.

E onde se enquadra o Aluno-Soldado?

Por comodidade, ou conveniência optou-se por enquadrá-lo como um praça sem estabilidade, quando fosse necessário submetê-lo a um processo administrativo disciplinar, porém cada vez que isso ocorreu, houve um sem número de Mandados de Segurança, que acabaram por tornar os processos administrativos inócuos e sem valor.

Hodiernamente, buscando sanar tal situação, estendeu-se a todos os praças, inclusive, por exclusão, aos Alunos-Soldados, aplicar-se, quando necessário, o mesmo processo administrativo disciplinar reservado aos praças com estabilidade.

Tal procedimento, também, demonstrou-se inócuo e facilmente contestável perante o Poder Judiciário, pois tal remédio jurídico reserva-se às praças com estabilidade, ficando os Alunos-Soldados sem um instrumento jurídico que possa resolver a situação desta classe especial de policiais-militares, quando eles tiverem um comportamento que venha a conflitar com os interesses da comunidade e da própria Instituição.

Com o intuito de apresentar uma solução para tal problema administrativo, e considerando que a Polícia Militar tem uma responsabilidade exclusiva, formar profissionais na área de segurança, que terão em suas mãos a responsabilidade

pelo futuro da segurança de toda a sociedade paranaense, é que resolvemos apresentar uma proposta para tal dificuldade, como adiante será demonstrada.

2. OBJETIVOS

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Conhecer os pressupostos da estabilidade do Militar Estadual do Estado do Paraná;

Buscar critérios de seleção do Aluno Soldado durante o período de formação;

Verificar situações em que a estabilidade do Aluno Soldado provoca problemas.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Desde os primevos tempos, o homem sentiu a necessidade premente de segurança. No início, o homem das cavernas vivia sozinho, realizando inúmeras tarefas, tais como de caçador, pescador, guardião da família, coletor de frutas, responsável pelo sustento e segurança da família. Os mais fracos acabavam sucumbindo aos mais fortes, sendo mortos ou transformados em escravos, bem como as suas famílias. Aí surge a necessidade de reunirem-se em grupos, para terem condições de defenderem-se dos mais fortes e das ameaças comuns.

Surge o primeiro grupo social. O homem resolve dividir os trabalhos, as tarefas, enquanto alguns colhiam frutos, outros pescavam, outros caçavam e outros ainda ficavam cuidando das famílias, que permaneciam nas cavernas.

Com a vida em comunidade começa a aparecer problemas com relação a interesses de toda ordem. O homem descobriu que era importante criar regras de convivência social, pois os interesses pessoais deveriam ser sublimados em favor dos interesses do grupo, e caso isso não ocorresse o grupo poderia sucumbir, e com ele todos os seus integrantes sucumbiriam junto.

Além disso, a imposição de normas de convivência possibilitava a harmonia, a tranquilidade, todos podiam desenvolver as suas potencialidades, as suas habilidades e competências em prol do grupo social.

Não bastava a existência das normas, era necessário que elas fossem respeitadas, e no caso de desobediência dessas regras era imperiosa a recondução, a reeducação, e em último caso a repressão contra aqueles que violaram estas orientações.

Nesta ação simples de criar normas e maneiras de coibir a sua violação e caso isso ocorresse a forma de repressão, surge o arremedo do nosso sistema legal. Embora as normas lá criadas fossem toscas, elas atendiam à necessidade daquele grupo social, mesmo que as formas de serem cumpridas e a possível repressão fossem bastantes simples também eram compatíveis com aquele grupo social.

A imposição de valores morais, sociais era muito importante para o homem das cavernas, pois a necessidade de viver em grupo era premente, por demais importante para a sobrevivência, tais eram as ameaças que haviam na

época, tais como animais ferozes, fatores climáticos, outros homens mais fortes, enfim para sobreviverem era melhor acatar as regras do grupo ou ser expurgado e ficar a mercê de todas essas ameaças.

Para que as regras de convivência social fossem cumpridas, fez-se necessário designar alguns homens para agirem como guardiões do grupo, e eles além de agirem como fiscalizadores do cumprimento das normas atuavam como repressores contra aqueles que as violavam.

Estes homens deveriam ter uma conduta reta, ilibada, pois seriam os fiscalizadores, seria o que nós conhecemos hoje como policiais.

Com a evolução dos grupos sociais, evoluíram também as normas de convivência social, o sistema legal, a função da polícia, chegando aos tempos atuais com esta diversidade de leis, normas, regras sociais e a multiplicidade de funções que a polícia desenvolve no mundo moderno.

3.2 A FUNÇÃO DA POLÍCIA

A sociedade evoluiu e junto com ela a Polícia teve de evoluir, pois sempre havia novas situações, novos comportamentos anti-sociais surgiam, obrigando a Polícia a adotar novas posturas. Com o passar dos tempos, a população em geral passou a ser mais atuante, passou a se importar mais com a atuação da Polícia, pois dependia dela para ter segurança. Com a população deixando de ser omissa, passiva, as milícias passaram a preocupar-se com a sua atuação, com os meios empregados, com as técnicas e formas de policiamento.

A sociedade passou a exigir que o Estado prestasse melhores serviços, entre eles a Segurança Pública, não bastava mais saber que havia uma Polícia, era preciso que ela atuasse de forma a atender as expectativas da sociedade. A população quer que os serviços prestados pelo Estado sejam da melhor qualidade possível e quando isso não ocorre ela reclama e exige de forma a ser ouvida pelo Poder Estatal.

A função da Polícia começou a ser indagada, sobre a sua atuação, o seu compromisso com a comunidade, a sua maneira de agir. O crime, a desordem pública passaram a serem vistos como algo que desestabiliza a sociedade, que

compromete a paz e a harmonia social, que atrapalha o desenvolvimento econômico, pois o transtorno que causa aos integrantes da sociedade pode ocasionar danos ao funcionamento do estado e da sociedade. Para que haja desenvolvimento social e econômico é preciso ter segurança.

Nenhuma sociedade prospera sem segurança. Vejamos os últimos acontecimentos ocorridos no Estado de São Paulo, em que uma facção criminosa inviabilizou a rotina da maior cidade do Brasil, espalhando terror e mortes. Empresas pararam de funcionar, o transporte coletivo parou, o comércio fechou, policiais foram assassinados, o Poder Público mostrou-se indefeso, acuado. Um caos instalou-se e parou São Paulo, irradiando para outras partes do País, criando um verdadeiro clima de Apocalipse no Brasil inteiro. Sem segurança só nos resta o caos.

E qual é a função da Polícia dentro do contexto social? Qual o papel destinado à Polícia?

DANTAS, 1997, páginas 25 e 29 , discorre sobre o papel da Polícia dentro do contexto social, afirmando o seguinte:

O papel primordial da polícia está consubstanciado na prevenção, na descoberta do crime e na manutenção da ordem pública, significa que o policiamento eficaz pode reduzir substancialmente os efeitos destrutivos do crime e da desordem, e contribuir de maneira significativa para o desenvolvimento econômico da sociedade.

A eficácia da polícia é reforçada pelo apoio da população para quem ela presta serviços. O fundamento do apoio público à polícia é o controle dela através das instituições e processos políticos de natureza democrática, e o respeito pelos direitos humanos por parte da Polícia.

A sociedade está consciente de que a Polícia é mantida por ela e dessa forma é ela quem determina como quer o policial agindo.

Alguns policiais ainda não assimilaram essa postura exigida pela sociedade, estando ainda na contramão da história. Contra esses, a sociedade organizada criou mecanismos de correção e responsabilização, pois a sociedade hoje só admite que seus policiais estejam totalmente afinados com o respeito aos direitos humanos, uma vez ser a polícia essencial para tal mister.

Continuando a discorrer sobre o papel da Polícia e a sua missão de respeito aos cidadãos, como é em qualquer sociedade civilizada, e principalmente nas democráticas, a autora do artigo cita como deve se comportar o policial diante de uma situação inusitada, ou como deveria se comportar, ou ainda como a população espera que o policial atue, dentro de um comportamento humanitário e profissional:

O processo de policiamento, como uma atividade essencialmente prática, apresenta situações em que o policial tem que proporcionar soluções imediatas, ainda que temporárias. Na sociedade desigual, onde convive e onde presta serviço, é muito

difícil que a solução seja sempre livre de falhas, considerando o imediatismo e a rapidez como deve ser processada toda situação que levará o policial a solucionar os conflitos sociais. Mas qualquer que seja a situação, o policial tem que ter sempre em mente a necessidade de proteger e promover os direitos humanos, e agir de fato desta maneira no transcurso de suas funções. Caso contrário, deverá repensar sobre sua profissão, pois não servirá para ser policial e poderá sofrer consequências irreparáveis como indivíduo, pois a sociedade não admite violação dos direitos humanos e é ela quem define o papel da polícia.

A polícia não existe para acabar com os crimes e os criminosos. Ela existe para lidar com o crime, prevenindo-o e minimizando seus efeitos destrutivos. Com relação aos criminosos, a todos deve ser assegurado que contra os mesmos só sejam adotados as medidas previstas na lei. As pessoas tem que ter essa segurança jurídica: que caracteriza o estado de direito.

(.....)

Qualquer outra medida aplicada pela polícia que não esteja balizada por lei é arbitrária e criminosa, e dessa forma deve ser encarada, devendo os policiais infratores serem submetidos às sanções legais.

Este ideal de preparo técnico, profissional, somente poderá ser alcançado segundo a autora quando o policial reunir algumas qualidades e quando a administração policial militar adotar alguns procedimentos periódicos, para controle do pessoal e cita a possibilidade de responsabilização, inclusive civil, a que os policiais estão sujeitos caso sejam causadores de danos às pessoas, e o enquadramento dos superiores desses policiais em casos de condescendência criminosa, conforme vemos a seguir:

Todos os policiais devem ter qualidades morais, psíquicas e físicas apropriadas, e devem estar adequadamente treinados e sua adequação deve ser periodicamente testada. O treinamento deve incluir o uso adequado de força, direitos humanos e habilidades técnicas policiais, especialmente quanto às alternativas para o uso da força e de armas de fogo, e a resolução pacífica de conflitos.

Procedimentos eficazes de relatórios de revisão devem ser elaborados para tratar de incidentes relativos ao uso da força. Pessoas afetadas devem ter possibilidade de acesso a processos judiciais independentes. Os policiais que sem justificação técnica e legal forem reconhecidos judicialmente como os causadores de danos às pessoas, devem ser responsabilizadas para repararem o dano, inclusive indenizações em dinheiro.

Devem ser responsabilizados os Oficiais e os Chefes que sabendo ou devendo saber de abusos de policiais sob o seu comando, tenham deixado de tomar as medidas apropriadas.

É importante lembrar que além desses aspectos, a Polícia Militar também realiza um serviço supletivo, ao prestar socorro social à sociedade, quando muitas vezes nenhum outro órgão público se digne a atendê-la. Daí ela comparece e atende, encaminha, assiste, auxilia, faz o Estado estar fardado e operante através dos seus integrantes.

O papel supletivo das milícias estaduais é de suma importância, pois, para a maioria da população o policial-militar é o representante do poder público que esses cidadãos conseguem visualizar. A população está acostumada a ver na figura do Policial-Militar o símbolo da proteção, do socorro. O serviço colocado à disposição do povo representado pelo policial-militar em muitos casos é o único que algumas camadas da população conhecem. O policial-militar vê-se envolvido em todas as mazelas sociais, e as atende. Convivem durante sua atividade profissional com doentes mentais, parturientes, incêndios, soterramentos, inundações, epidemias, enfim, durante o desempenho de suas atividades profissionais tem contato com inúmeras desgraças sociais. Mesmo no atendimento de ocorrências policiais, é treinado para considerar o delinquente como um cidadão e não como um inimigo.

Desta forma, a Polícia Militar é uma agência pública de proteção e socorro comunitário, englobando uma vasta gama de prestações sociais, particularmente para as populações de menor poder aquisitivo.

3.3 A POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

A Polícia Militar do Paraná surgiu logo após a Emancipação Política do Paraná, no dia 10 de Agosto de 1854. Passou por diversas denominações e teve inúmeras atribuições, principalmente na virada do século em que era mais um exército estadual do que propriamente Polícia.

Até o final da década de sessenta, a Polícia Militar atuava mais como um exército, preocupada em fazer trincheiras, aprender o emprego da Infantaria, técnicas de combate. Com o advento do Decreto-Lei nº. 667/69, a Polícia Militar recebeu a missão de manutenção da ordem pública, conforme preconiza o artigo terceiro daquele Decreto-Lei, alterado pelo Decreto-Lei número 2.010, de 12 de Janeiro de 1983 que diz: *"Instituídas para a manutenção da ordem pública e segurança interna nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, compete às Polícias Militares, no âmbito de suas respectivas jurisdições."*

A partir desse momento, a Polícia Militar passou a atuar mais próxima da população, encarando os membros da comunidade como simples infratores das normas legais, e não como inimigos. Enfim, a Polícia Militar socializou-se. O advento

de suas novas atribuições trouxeram também o emprego da milícia estadual na Segurança Interna, combatendo movimentos de outras ideologias, que não aquelas apregoadas pelo Governo Federal, pois havia se instalado no Palácio do Planalto, um governo militar, ousamos dizer uma ditadura militar. A Polícia Militar do Paraná, assim como outras, também foi chamada a intervir para manter o "*status quo*" pretendido pelo Governo Federal, pois na condição de reserva e força auxiliar da força militar terrestre, nada poderia fazer senão obedecer.

Essa situação perdurou até a abertura política ocorrida no final da década de setenta. Ainda no início da década de oitenta, com as grandes manifestações populares, a nossa Polícia ainda pensou estar na ditadura militar e quis proibir tais manifestações. Tentou, porém não obteve sucesso.

Em 1988 foi aprovada a Constituição Federal, ora em vigor, em que a missão da Polícia Militar foi alargada, tornando-se mais abrangente. E em vez de manter e preservar a segurança pública, a Polícia Militar agora é responsável pela manutenção da ordem pública. Outro fator importante que ocorreu foi a conscientização da população que não aceita mais desmandos. Em qualquer serviço a ser prestado pela Polícia, passa a exigir qualidade, probidade, honestidade. Não aceita que policiais despreparados, mal formados, grosseiros, ou simplesmente amadores cuidem da sua segurança.

Apenas assistindo os telejornais, ou lendo jornais, verifica-se que a população exige que os órgãos responsáveis pela segurança sejam mais bem preparados. Que os seus integrantes sejam bem formados, pois são eles os responsáveis pela Defesa Social. Os paranaenses, em particular, talvez em razão das inúmeras ondas imigratórias, principalmente européias, são por demais críticas, e exigem que os organismos de segurança do Estado sejam bem preparados, que tratem os cidadãos do Estado de forma correta, educada, dentro dos ditames da Lei. Não admitem ser tratados de forma indiscriminada, deseducadamente como se marginal fosse, antes de ter a sua culpa formada ou for evidente. Aquele ranço autoritário de épocas idas não é mais admissível em nossas hostes.

O que é necessário para que a organização funcione corretamente? Ousamos responder: é o ser humano, o elemento impulsor que faz as organizações funcionarem. Para que ela funcione bem é necessário que os seus membros tenham um padrão de comportamento, que todos façam as coisas do mesmo modo, respondam as situações da mesma forma, resolvam os problemas apresentados de

forma idêntica. É necessário que haja uma padronização na rotina. Isto sim é uma boa organização!

De nada adianta a modernização dos edifícios, máquinas e equipamentos, sem que o ser humano esteja presente com sua inteligência e sua capacidade de realização. Atualmente essa tarefa é dos executivos das organizações, para que ela possa produzir o seu produto de forma satisfatória, e no caso de empresas prestadoras de serviços para que ela possa prestar um bom serviço à comunidade.

No caso da Polícia Militar do Paraná, organização que provê segurança no âmbito do Estado, essa tarefa é atribuída aos policiais, que recebem do Estado os meios humanos e materiais e devem garantir a segurança pública, a ordem pública.

Como já dissemos anteriormente, a Polícia Militar é a responsável pela formação de seus recursos humanos. Dentro da Polícia Militar é que são formados os futuros policiais que irão atuar na segurança pública dentro do território paranaense. Nas mais variadas Unidades da Polícia Militar, funcionam as Escolas de Formação de Soldados. É neste ambiente que são forjados os responsáveis pela nossa segurança, são as Escolas de Formação de Soldados quem formam os futuros policiais que proporcionarão a paz e a tranquilidade pública para a população paranaense. São elas que terão condições de dizer se determinado aluno tem ou não o perfil para ser um Policial. É na Escola de Formação de Soldados que o aluno é submetido a condições similares às que vai enfrentar quando for Policial, quando será mensurada sua responsabilidade por seus atos, suas decisões, a implicação desses em relação à vida de outras pessoas, e a segurança que poderá ser ou não efetiva. É em relação a tudo isso que ele deverá ser treinado. Também deverá ser observada a sua condição de dirigente, a sua capacidade de liderança, de obedecer a determinadas regras, leis, de amoldar-se a determinados preceitos. Enfim, saber obedecer às leis e saber decidir, respeitando as autoridades, as leis e os cidadãos. Quando o aluno souber fazer tudo isso e preencher esses requisitos, então ele poderá aprender a técnica policial, para efetivamente ser um policial-militar.

3.4 O SERVIDOR PÚBLICO MILITAR

Está previsto na Constituição Federal que para ingressar no serviço público é necessário prestar concurso público, e para ser exonerado do mesmo

serviço público, é necessário um processo administrativo, com ampla defesa, em que sejam asseguradas todas as facilidades para a sua defesa e ainda o contraditório. Só depois de isso ocorrer, e sendo considerado culpado, o funcionário é submetido a tal processo sendo demitido do serviço público.

Em razão disso, inúmeros processos administrativos da Polícia Militar foram anulados e/ou devolvidos para serem refeitos. Entretanto mesmo antes da Constituição, os policiais-militares só ingressavam mediante concurso público, e também só eram exonerados do serviço público mediante um processo administrativo disciplinar complexo, em que lhes era assegurado o direito da ampla defesa e do contraditório.

O que ocorre é que o Aluno-Soldado realiza uma prova, é aprovado e no instante seguinte já tem assegurada a sua estabilidade, segundo o entendimento adotado atualmente na Polícia Militar do Paraná. Há uma carência de se verificar com mais propriedade se aquele cidadão reúne condições de ser o guardião da Lei e da Ordem, se ele tem condições morais, psicológicas para garantir a paz e a tranqüilidade social, ou ainda se ele não será o causador da insegurança, da intranqüilidade.

Quando este Aluno-Soldado após realizar as provas de concurso público, é submetido a convivência dos quartéis da Milícia Paranaense, e passa a conviver com todo o estresse da atividade policial, acaba por demonstrar comportamentos inadequados à missão miliciana. A Corporação então o submete ao citado Processo Administrativo, em que são escalados três Oficiais para realizá-lo, e durante trinta dias, prorrogáveis por mais vinte é realizado o Processo Administrativo, com todas as garantias constitucionais previstas. Ao ser encerrado tal Processo, o mesmo é remetido à Diretoria de Pessoal para a competente análise e somente após isso é que o Comandante-Geral homologa a sua decisão, opinando pela permanência ou não do Aluno-Soldado nas fileiras da Corporação.

Ocorre que a Constituição Federal prevê que a legislação peculiar é que dirá as condições de ingresso, estabilidade, transferência para a reserva e outras situações próprias dos militares estaduais.

Ao compulsarmos a legislação própria da Polícia Militar, encontramos na Lei Estadual número 1.943, de 23 de junho de 1954, Código da Polícia Militar do Paraná, a previsão a respeito da “estabilidade” do Praça da Polícia Militar.

Para ocorrer a dispensa do Praça da Polícia Militar do Paraná há uma legislação própria, que é a Lei Estadual número 6.961, de 18 de novembro de 1977, que trata exclusivamente da exclusão dos Praças com estabilidade, mas o Aluno-Soldado pelo texto legal não possui estabilidade, logo há uma lacuna legal.

Considerando essa ausência na Lei, é que apresentamos o presente trabalho, tentando preencher uma lacuna que hoje se mostra prejudicial à Corporação. Quando a Organização não possui um dispositivo legal para defender-se dos maus alunos que demonstram incapacidade profissional, falta absoluta de vocação, incompatibilidade com a missão que lhe será atribuída, é que se verifica a impossibilidade de deixar de contribuir para a melhoria da Polícia Militar.

3.5 ESCOLA DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS

Seria redundância dizer que a Escola de Formação de Soldados destina-se a formar os futuros Policiais da Corporação. Ela forma Soldados alimentando a Instituição com recursos humanos capacitados, bem treinados, aptos a servirem bem a população, razão maior da existência da Instituição Policial. É o melhor celeiro para prover material humano adequado às necessidades da Organização, pois forma pessoal altamente qualificado para si mesma, ela voltando-se para si no que diz respeito à formação daqueles.

O jovem, ao entrar na Escola de Formação de Soldados, necessariamente deverá ser moldado, para poder executar ações de polícia. Os instrutores e os Oficiais da Escola têm esta missão, passando informações, vão forjando o caráter do futuro miliciano, inculcando valores, ensinamentos, preparando-o a assumir a missão da Corporação.

Desde a inscrição para os testes, até a promoção a Soldado de Primeira Classe, o aluno deve ser constantemente avaliado pelos integrantes do Comando da Escola de Soldados, pelos Oficiais e pelo Comando da Unidade Policial Militar onde a escola funciona, pois ao sair da órbita da Escola, esta não poderá mais corrigir possíveis desvios de comportamento, cabendo tal tarefa a outros segmentos da Corporação, que, muitas vezes envolvidos na lide diária, não podem ou não conseguem dar a atenção que o futuro Policial necessita.

Deve-se lembrar que o destino do Aluno-Soldado é tornar-se um Policial-Militar, um profissional responsável pela segurança de uma porção territorial, dentro da responsabilidade territorial da Organização Policial Militar, na qual irá prestar serviços.

A Polícia Militar de Minas Gerais, conhecida por ser uma grande criadora e difundir a doutrina policial militar, publicou através da Editora Oficina Redatorial Guimarães Rosa, no ano de 1996, o trabalho "Essência Doutrinária – Crítica Textual", Volume I, elaborada pelo Tenente-Coronel JOÃO BOSCO DE CASTRO, da Academia de Letras "João Guimarães Rosa" da Polícia Militar de Minas Gerais, e nas páginas 43 "usque" 45 encontramos o artigo - "*Valores Fundamentais da Polícia Militar*" - coletado pelo autor, baseado na Nota Instrutiva nº 004/86-CG, de 20 de junho de 1986, em que ele exorta e enaltece valores que todos os policiais-militares devem possuir, e sem os quais perdem até o sentido de continuarem a ser policiais-militares. Eis o seu ensinamento:

A corporação é grande e respeitada, não porque tem grandes efetivos, armamentos, viaturas e equipamentos, mas porque dispõe de talentos humanos profissionalmente qualificados que se apoiam num sólido alicerce moral e cultuam a disciplina consciente, imbuídos do dever que consideram um dote sagrado.

Os militares da Corporação ufanam-se de sua farda, veneram seu quartel, ostentam postura elegante e agem mediante compostura ilibada.

Farda e uniforme não se confundem. Uniforme é mera composição de peças de vestuário que padronizam visualmente um grupo social, classe ou profissão: estudantes, porteiros, motoristas, vigilantes....

Farda tem conceito e dimensão diferentes dos de uniforme.

Farda é símbolo, dotado de conteúdo, transcendência e mensagem, pois identifica, evidencia sua história e compõe seus valores.

Farda é a projeção da autoridade estatal.

Farda é dignidade que deve ser preservada, porque atribui a quem enverga a condição sublime de representante da própria Polícia Militar. Deve, pois, ser usada, com natural galhardia e elevada honra.

A farda é um dos valores fundamentais do Policial-Militar, e enquanto for usada como símbolo, que realmente é, deverá ser honrada e venerada, pois com ela o homem deve ser considerado como indivíduo, como profissional, como talento, e terá que ser, sempre, o valor excelso da Corporação.

Esse é um dos valores que o Aluno-Soldado deve ter em sua trajetória pela Escola de Formação de Soldados. Entretanto, esse não é o único valor que deve ser considerado. Vejamos o que o 1º Ten. PM MANOELITO CARLOS

SAVARIZ, da Brigada Militar, do Estado do Rio Grande do Sul, em artigo publicado na Revista Unidade, Ano I, nº 4, 1983, Porto Alegre - RS, páginas 10 e 11, ao tratar da formação de Oficiais assevera:

A formação de oficiais deve, necessariamente, basear-se na atividade do corpo docente da escola, composto pelo Comandante, seus Oficiais e os Instrutores. Este corpo docente deve ter em mente os princípios básicos da Escola e transmiti-los, não tanto pelas palavras, mas muito pelo exemplo.

Nos parece que a formação de oficiais pode ser resumida em três palavras: DEVER, HONRA E AÇÃO.

O insígne brigadiano esmiúça cada uma das três palavras, demonstrando o seu significado, e as implicações e importância na vida do miliciano de cada conceito.

Ao referir-se ao DEVER, ele o coloca em um patamar elevado, o qual não cabe discutir, mas somente aprovar e ser um miliciano, ou desaprovar e sair da organização, senão observe-se:

O DEVER resume-se ao cumprimento dos regulamentos e das normas da Escola. Muito importante na vida do aluno é o dever escolar, o cumprimento das tarefas, por mais simples que estas possam parecer. O dever de estudar para aprimorar o intelecto, o dever de cumprir missões escolares com o fim principal do aprimoramento e o dever de portar-se como verdadeiro cientista, pesquisando, procurando, perguntando e aprimorando o senso de justiça, na compreensão da Tática PM, no domínio da legislação, no senso de administração e no conhecimento dos princípios que regem o bom Comandante.

O DEVER, para o aluno, corresponde às exigências da Corporação e da Escola, exigências estas que, em muitos casos, dependem de quem está no Comando da Escola e do Corpo de Alunos e por certo, a variação das exigências quando da troca de comando não favorecerá a formação, pois os homens em formação, assimilam as orientações com facilidade e nem sempre conseguem substituí-las.

A Escola deve manter uma orientação permanente e firme, uma vez que as variações de filosofia de comando podem proporcionar uma formação distorcida. Cabe não tanto ao Comandante de uma Unidade manter uma linha constante de pensamento, mas acima de tudo, ao corpo de Oficiais que a compõe.

O DEVER confunde-se com a responsabilidade e como tal infere algumas atitudes fundamentais, dentre as quais podemos destacar a assiduidade, a pontualidade e a diligência.

A assiduidade pode ser mensurada pelo cumprimento aplicado das missões e dos deveres.(....)

O cumprimento dos horários e das ordens retratam um senso de responsabilidade indispensável ao Oficial de Polícia Militar, que pela sua missão junto à comunidade não pode descuidar dos horários que além de tudo refletem o grau de organização individual.

O zelo na realização das tarefas, o procurar sempre a melhor forma de apresentar os trabalhos, a dedicação no cumprimento das atribuições, podem ser resumidos no termo "diligências".

Ainda no mesmo diapasão, o autor do brilhante artigo refere-se à Honra como o segundo aspecto da formação do Oficial, aspecto de importância extraordinária e que sintetiza a idéia de formação de qualquer homem. Assim assevera o Oficial gaúcho:

A HONRA é, certamente, o parâmetro básico para avaliação da validade ou não da vida de um homem. "Um homem sem honra é um homem morto para a vida."

Nos tempos atuais o conceito de honra está sendo deturpado. Vivemos numa sociedade que exalta os homens com poder econômico ou político em detrimento da dignidade. Aceita-se a desonestidade, releva-se a mentira, nega-se o valor da virtude. A massificação do homem transforma-nos, esmaga-nos e destrói a retidão do caráter.

Uma escola que se preocupa com a formação de homens retos e nobres deve ser extremamente rígida no tratamento dos aspectos que atentem contra a honra.

A HONRA é, sobretudo o extrato do caráter do homem. A firmeza de caráter é o pressuposto para a existência da honra.

A HONRA é uma virtude desenvolvida no homem. A família é pedra basilar que fundamenta a honra da pessoa humana. A orientação do pai, os conselhos da mãe, o exemplo de ambos primando pela correção das ações, pela honestidade de propósito e pelo amor à verdade forjam o caráter do filho.

(...)

Na formação de oficiais, destacam-se três aspectos da HONRA: a honestidade, o amor à verdade e o respeito.

O Oficial da Brigada Militar conclui o seu artigo no número seguinte do periódico, a saber, Revista Unidade, ano II, número 5, 1984, Porto Alegre, RS, páginas 10 e 11, onde aborda o terceiro aspecto a ser observado na arte de formar Oficiais. Ao abordar esse aspecto, que é a AÇÃO ele assim discorre:

Pretendemos, agora, analisar o terceiro – último - aspecto da Formação de Oficiais, ou seja, a AÇÃO.

Entendemos a ação como sinônimo de atuação, de realização, de movimento. Não podemos confundi-la com agitação ou inquietação, essas duas últimas qualidades, normalmente, levam à desorganização.

A AÇÃO implica sempre "fazer alguma coisa", e não "fazer qualquer coisa", já que essa ação não pode ser avaliada em separado, mas juntamente com a Honra e o Dever, pois esses dois aspectos ditarão o grau de acerto daquela ação.

O jovem, aluno-oficial, deve ser avaliado também pela sua ação, seja no cumprimento de missões, seja – e principalmente – na realização de atos criativos. Não basta inteligência, não basta ser honrado, não basta cumprir tarefas impostas para que o aluno-oficial possa ser considerado em condições de assumir as responsabilidades inerentes ao oficialato.

Não é concebível a existência de um Policial Militar omissor, inoperante, sem iniciativa, pois é ele o homem que tem a responsabilidade de guardar a sociedade.

Consideramos que essa premissa é verdadeira, não podemos, de sã consciência, permitir que alunos-oficiais, notoriamente apáticos, sem ação e sem força, sejam presenteados com "galões" e entregues à sociedade como prontos para o

desempenho das funções inerentes ao oficial subalterno que, sabemos, implica agir, fazer tomar iniciativas e conduzir seus comandados sem esmorecimento, pois, dificilmente, um aluno-oficial apático será um oficial de ação.

A Ação implica em alguns aspectos principais, dos quais destacamos três que nos parecem ser os mais importantes, quais sejam a agilidade, a presteza e a força.

A força é atributo indispensável ao aluno-oficial. Não podemos admitir que um aluno-oficial demonstre fraqueza, seja física, seja moral. O aluno-oficial que nas situações profissionais medo ou falta de vigor deve necessariamente ser orientado para outra atividade profissional, pois a Polícia Militar não suporta o peso de ter em suas fileiras oficiais com medo de enfrentar o perigo, medo de arriscar a vida para cumprir suas atribuições legais.

Somente o homem que demonstra a força pode influenciar seus semelhantes e conduzi-los para os caminhos adequados. Os fracos serão sempre conduzidos e o oficial é um condutor por ofício.

Todos estes valores aplicam-se da mesma forma à formação dos Soldados, pois são valores inerentes à condição de Policial-Militar, e aqueles que demonstrarem não possuírem tais valores devem ser submetidos a processos que os afastem da atividade policial. Esses mecanismos devem ser utilizados rapidamente.

Os mecanismos de controle e de depuração da escola formadora de Soldados devem ser acionados rigidamente, e se não existirem devem ser criados, sob pena de estarmos lançando, no mercado da segurança pública, um "produto mal acabado" ou, no mínimo, "uma incógnita" que poderá dar certo ou não, dependendo de fatores que nos fogem ao controle.

Do soldado ao coronel, todos sabem que a Corporação assenta-se na hierarquia e na disciplina, bases vigorosas de seu conteúdo institucional.

Não se está formando Policiais; Guardiões da Sociedade, da Lei e da Ordem é o que estamos formando!

4 O SERVIÇO PÚBLICO MILITAR

4.1 O INGRESSO

O ingresso no serviço público para o militar estadual dá-se igual aos servidores público civil, ou seja, de acordo com a Constituição Federal. Ao compulsarmos a Carta Magna Pátria, encontramos no seu artigo 37, inciso II, a seguinte previsão legal:

A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de prova e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

MEIRELLES, (1991, p. 370), assim explica o dispositivo constitucional acima transcrito:

A obrigatoriedade de concurso público é somente para a primeira investidura em cargo ou emprego público, isto é, para o ingresso em cargo isolado ou no cargo inicial da carreira, nas entidades estatais, suas autarquias, suas fundações públicas e suas paraestatais. O concurso é o meio técnico posto à disposição da Administração Pública para obter-se moralidade, eficiência e aperfeiçoamento do serviço público, e, ao mesmo tempo, propiciar igual oportunidade a todos os interessados que atendam aos requisitos da lei, consoante determina o art. 37, II, da Constituição da República.

A Constituição Federal não estabelece como deve ser o concurso, apenas refere-se à sua obrigatoriedade, eis que tal ponto é indiscutível.

MEIRELLES, (1991, p. 370 e 371):

Os concursos não têm forma ou procedimento estabelecido na Constituição, mas é de toda conveniência que sejam precedidos de uma regulamentação legal ou administrativa, amplamente divulgada, para que os candidatos se inteirem de suas bases e matérias exigidas. Como atos administrativos, devem ser realizados pelo Executivo, através de bancas ou comissões examinadoras, regularmente constituídas com elementos capazes e idôneos, dos quadros do funcionalismo ou não, e com recurso para órgãos superiores, visto que o regime democrático é contrário a decisões únicas, soberanas e irrecorríveis.

O administrativista continua ensinando no mesmo diapasão as regras que devem ser seguidas:

A Administração é livre para estabelecer as bases do concurso e os critérios de julgamento, desde que o faça com igualdade para todos os candidatos.

Mesmo preenchendo todos os requisitos, e sendo aprovado no concurso, ainda assim não há direito adquirido, ou garantia de cargo ou emprego para o candidato, mas somente uma expectativa de direito.

Assim ilustra o professor MEIRELLES:

Ainda mesmo a aprovação no concurso não gera direito absoluto à nomeação, pois que continua o aprovado com simples expectativa de direito à investidura no cargo ou emprego disputado.

Outros estudiosos também se referem ao assunto: GASPARINI, (2001, p. 163), assim nos ensina:

Nos termos do inciso II do art. 37 da Constituição federal, duas são as formas que permitem o ingresso de brasileiros e estrangeiros nos quadros da Administração Pública direta, autárquica ou fundacional pública de qualquer dos níveis de governo: o concurso público e a livre nomeação.

...
O concurso público é o procedimento posto à disposição da Administração Pública direta e indireta, autárquica e fundacional pública de qualquer nível de governo, para a seleção do futuro melhor servidor, necessário à execução de serviços sob a sua responsabilidade.

Ainda com relação ao concurso, o autor afirma a obrigatoriedade de ser público, conforme se vê na obra citada à pagina 165:

Observe-se, ainda, que a Constituição não se satisfaz com um concurso. Exige concurso público. Este é o que permite a participação de qualquer interessado que atenda às condições da lei e do edital.

Também o emérito professor MELLO (2000, p. 256), discorre sobre a obrigatoriedade do concurso público, afirmando de forma categórica:

A Constituição estabelece o princípio da ampla acessibilidade aos cargos, funções e empregos públicos aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvada a nomeação para cargos de provimento em comissão, assim declarados em lei, nos quais são livres a nomeação e a exoneração.

GASPARINI (2001, p. 222), ainda, refere-se aos integrantes do quadro do pessoal militar, assim se reporta a esta classe de servidores públicos:

Tais agentes públicos ingressam no quadro do pessoal militar mediante recrutamento ou concurso. Nas Forças Armadas, o ingresso de pessoal nos seus quadros faz-se por recrutamento, que é a convocação para a prestação do serviço militar, ou por concurso nos cursos de formação de sargentos e oficiais.

...
Nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares o ingresso nos respectivos quadros é voluntário e, portanto, depende de concurso; ocupam os cargos militares, que compõem a carreira militar. Cargo militar é o conjunto de competências atribuídas a um militar.

Para o Aluno-Soldado, objeto desse trabalho, o ingresso dar-se-á de forma singular. A Polícia Militar através de sua Diretoria de Pessoal verifica quantas vagas serão ofertadas para o Curso de Formação de Soldados, considerando os claros no Quadro Organizacional (QO) da Corporação, e então é encaminhado ao Chefe do Poder Executivo para que mediante Decreto daquele Poder seja estabelecido o número de vagas.

Após isso ocorrer, a Diretoria de Ensino elabora o Edital, tornando-o público, para que os interessados tomem conhecimento e respondam ao chamamento e assim tenha início o processo seletivo.

Hodiernamente, o concurso é feito pela Universidade Federal do Paraná, através de convênio com a Polícia Militar do Paraná. Tal medida justifica-se pela especialização que aquela Instituição de Ensino Superior tem em realizar processos seletivos. A Universidade Federal do Paraná realiza os testes de conhecimentos escritos, e a Polícia Militar do Paraná realiza os Exames de Saúde, o Teste de Aptidão Física e a Investigação Social.

O caminho inicia-se com a inscrição do candidato no Concurso da Universidade Federal do Paraná, e aí tem início o processo seletivo dos futuros Policiais-Militares.

Atualmente o Curso de Formação de Soldados é um dos mais concorridos. Apenas para exemplificar, no último Concurso Vestibular da UFPR, a proporção entre numero de vagas e candidatos em vários cursos de terceiro grau a relação foi bem menor do que para o ingresso no Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar do Paraná. Segundo o Centro de Recrutamento e Seleção da Diretoria de Pessoal da Polícia Militar, foram ofertadas mil vagas para ingresso como Soldado da Polícia Militar por intermédio do Núcleo de Concursos da Universidade Federal do Paraná (www.nc.ufpr.br) com a divulgação do Edital nº. 004/2005 e inscreveram-se 20.841 (vinte mil , oitocentos e quarenta e um) candidatos, dando uma proporção de 20,84/1 (vinte, oitenta e quatro candidatos por vaga ofertada). Com o fim de ilustrarmos o presente trabalho, vejamos a relação entre candidatos e vagas fornecida pela Universidade Federal do Paraná no último Concurso Vestibular, e o entre candidatos e vagas no último Concurso para Soldados da Polícia Militar do Paraná, realizado no segundo semestre de 2005, vejamos:

Oficial Policial Militar - Masculino - 79,00/1 ;

Medicina - 30,26/1 ;

Direito Noturno - 25,41/1 ;

Arquitetura - 22,34/1 ;

Soldado da PM – 20,84/1

Psicologia – 16,70/1;

Medicina Veterinária - 16,04/1;

Engenharia Mecânica - 13,16/1 ;

Tecnologia em Informática – 12,60/1;

Odontologia - 11,00/1.

4.2 A ESTABILIDADE

Antes de falarmos de como se processa a estabilidade no serviço público, tentaremos explicar o que é a estabilidade, e, para tanto nos socorremos nos doutrinadores, que ao longo da existência do Estado Brasileiro estudaram a Administração Pública e discorreram sobre a mesma e sobre os servidores públicos, seus direitos e deveres. Trazemos a colagem alguns estudiosos, que são notórios conhecedores e reconhecidos hodiernamente como os doutos quando se fala em Administração Pública e tudo que se relaciona com ela, a saber:

MEIRELLES (1991, p. 377):

Estabilidade é a garantia constitucional de permanência no serviço público, outorgada ao servidor que, nomeado em caráter efetivo, tenha transposto o estágio probatório. O estágio probatório, para os nomeados por concurso, é de dois anos (C. F., art. 41).

DI PIETRO (2001, p. 467 e 468):

Tradicionalmente, a estabilidade, no direito brasileiro, tem sido entendida como a garantia de permanência no serviço público assegurada, após dois anos de exercício, ao servidor nomeado por concurso, que somente pode perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

GASPARINI (2001, p. 185):

É a garantia constitucional de permanência no serviço público, do servidor estatutário nomeado, em razão de concurso público, para titularizar cargo de provimento efetivo, após o transcurso do estágio probatório. Vê-se que tal garantia é do servidor estatutário; não é atributo do cargo. Ademais processa-se automaticamente, não necessitando de qualquer pedido do estabilizando ou de manifestação da entidade a que se liga o servidor por ela beneficiado, não obstante se exija o estágio probatório.

MELLO (2000, p. 264 e 265):

Estabilidade, conforme regulada após o "Emendão", é o direito de não ser desligado senão em virtude de (a) sentença judicial transitada em julgado (art. 41, §1º, I da CF/88), (b) processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa (§ 1º, II do mesmo artigo), ou mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa (§ 1º, III do artigo citado).

FIGUEIREDO (2001, p. 544):

Dizemos que a estabilidade consiste no direito de o funcionário efetivo, concursado, após o lapso temporal determinado na Constituição ou na lei específica, não pode ser exonerado ou demitido senão em virtude de falta grave cometida, apurada em processo administrativo com a garantia do devido processo legal, ou por sentença transitado em julgado, ou ainda, em decorrência da extinção do cargo, quando deverá ficar em disponibilidade, e, agora, pós-Emenda 19/98, com proventos proporcionais.

Para que o servidor possa adquirir a estabilidade é "*conditio sine qua non*" que ele seja nomeado. É em razão disso que os nomeados em comissão, que não têm vínculo empregatício permanente, jamais adquirem estabilidade.

Ao analisarmos o que é afirmado, para dúvidas a respeito do estágio probatório, o que vem a ser, o que se espera do servidor no estágio probatório, o que ele pode e deve fazer, e o que lhe é vedado?

Com o intuito de clarear e sanar dúvidas, buscamos nos Mestres do direito as lições para entender este instituto legal

MEIRELLES (1991, p. 377):

Estágio probatório é o período de exercício do funcionário, durante o qual é observado, e apurada pela Administração a conveniência ou não de sua permanência no serviço público, mediante a verificação dos requisitos estabelecidos em lei para a aquisição da estabilidade (idoneidade moral, aptidão, disciplina, assiduidade, dedicação ao serviço, eficiência etc.). Para esse estágio só se conta o tempo de nomeação efetiva na mesma Administração, não sendo computável o tempo de serviço prestado em outra entidade estatal, nem o período de exercício de função pública a título provisório.

FIGUEIREDO (2001, p. 550):

Estágio probatório – como está o nome a sugerir – era o lapso temporal obrigatório de dois anos (art. 41 da Constituição Federal, e atualmente três anos)) que deverá decorrer entre a data do exercício, e não da posse – lapso, este, necessário para que o funcionário adquira a estabilidade.

DI PIETRO (2001, p. 469 e 470):

O período de três anos para a aquisição da estabilidade pode ser desde logo aplicado. Com efeito, no caso de servidor nomeado por concurso, a estabilidade somente se adquire depois de três anos; o período compreendido entre o início do exercício e a aquisição da estabilidade é denominado estágio probatório e tem como finalidade apurar se o funcionário apresenta condições para o exercício do cargo, referente à moralidade, assiduidade, disciplina e eficiência. Pelo § 4º, acrescentado ao artigo 41 pela Emenda 19, além do cumprimento do estágio probatório, deve o servidor, para adquirir estabilidade, submeter-se a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

A estabilidade do funcionário público é um assunto atual. Ainda recentemente, através da Emenda Constitucional nº. 19, de 04 de junho de 1998, foi levada a efeito uma Reforma Administrativa pelo Governo Federal, em que o ponto principal que se discutia era estabilidade desses servidores, nos três níveis de Administração, ou seja, Federal, Estadual e Municipal.

Flexibilizou-se a estabilidade dos servidores públicos. Os servidores estáveis poderão ser demitidos por baixo desempenho na função.

A Revista Veja, da Editora Abril, na sua edição número 1.524, de 03 de dezembro de 1997, nas páginas 38 "usque" 40, informou em que condições dar-se-á a quebra da estabilidade do funcionário público, conforme transcrevemos abaixo:

É uma mudança histórica. A medida é uma revolução para o funcionalismo, que tinha o benefício da estabilidade inscrito na Constituição desde 1934, e marca o fim de uma era, mas não se trata propriamente de uma novidade. Na biografia da estabilidade no setor público, o Brasil viveu momentos alternados, ora garantindo a vantagem para todos, ora restringindo-a para apenas alguns postos, ora suprimindo-a

completamente. Com a mudança de agora, o Brasil passa a andar no mesmo rumo que os países desenvolvidos. (...) Passam a ter a chamada "estabilidade flexível" depois de três anos de trabalho. Ou seja, teoricamente são estáveis, mas estão sujeitos à demissão caso não trabalhem direito ou caso seja necessário cortar gastos com pessoal.

O mesmo periódico faz uma sintética retrospectiva histórica da estabilidade do funcionalismo público no Brasil, conforme abaixo inserimos:

1827 – No Império, sob Dom Pedro I, cargos como de oficial de Justiça e professor tornam-se vitalícios para evitar as "derrubadas".

1868 – A frase "enquanto bem servirem" num decreto que cria cargos estáveis não impede demissões sem critérios 1888 - Um decreto cria a estabilidade para todos. Demissões só depois de processo administrativo ou por falta grave

1896 – O governo revoga decretos antigos e ganha liberdade para transferir e demitir quem bem entende

1934 – Pela primeira vez, no governo de Getúlio Vargas, a estabilidade aparece na Constituição

1946 – A nova Constituição mantém a estabilidade aos dois anos de serviço para os concursados e aos cinco para os demais

1964 – O AI-1 suspende a estabilidade do servidor por seis meses para punir adversários do golpe militar

1967 – A nova Constituição promulgada durante o governo Castelo Branco garante a estabilidade que será revogada em 1968

1988 – Com dois anos de trabalho, concursados ganham estabilidade. Mesmo sem concurso, quem tinha mais de cinco também levou

1997 – Com empenho pessoal do presidente FHC, a Câmara aprova o fim da estabilidade.

Essas lições referem-se aos servidores públicos civis. É a regra geral, entretanto, como se está falando de servidores públicos militares, há que se estudar o que o texto legal reserva.

Ao abrir-se a Constituição Federal, no Título III, Capítulo VII, Seção III, que trata dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, com redação dada pela Emenda Constitucional número 18, de 05 de fevereiro de 1998 encontra-se o art. 42, § 1º que diz o seguinte:

Art. 42. Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º, do art. 40 §9º, e do art. 142, §§ 2º e 3º, **cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, X**, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores. (grifamos)

§ 1º com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 20, de 15 de dezembro de 1998

Consultando o artigo 142 da Constituição Federal, verificamos que trata Das Forças Armadas, e que a previsão do seu parágrafo terceiro, inciso dez dispõe o que abaixo se segue:

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

(...)

§ nº. 3º Os membros das Forças Armadas são denominados militares, aplicando-se-lhes, além das que vierem a ser fixadas em lei, as seguintes disposições:

(...)

X – **A lei disporá sobre** o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, **a estabilidade** e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra. (grifos nossos)

* Inciso X acrescentado pela Emenda Constitucional nº. 18, de 05 de fevereiro de 1998

A Constituição do Estado do Paraná, em consonância com a Carta Maior que lhe deu origem, em seu artigo 27, inciso II, consagrou os mesmos princípios, bem como destacou as duas categorias de servidores públicos. Os civis, tratados nos artigos 33 "usque" 44, e os militares, no artigo 45.

Considerando as peculiaridades marcantes da carreira policial militar, a nossa Carta Estadual, no capítulo reservado aos Servidores Públicos Militares, assim deixou expresso, verbis:

Art. 45 – São servidores militares estaduais os integrantes da Polícia Militar.

(...)

§7º - A lei disporá sobre os direitos, os deveres, as garantias e as vantagens dos servidores militares, bem como sobre as normas de ingresso, acesso à carreira, estabilidade, limites de idade, condições de transferência para a inatividade e outras situações peculiares.

A Lei Maior reservou um papel diferenciado para os militares. O Constituinte pátrio, demonstrando inteligência, colocou o servidor público militar em um degrau diferente dos demais servidores públicos, talvez em razão dos serviços que ele presta à sociedade, da sua abnegação, altruísmo, pois nenhum outro

servidor, ao incorporar-se ao serviço público, presta um juramento de, se for o caso, dar a própria vida, para bem cumprir com a sua missão.

Ao remeter para a legislação infraconstitucional a questão da estabilidade, procurou deixar que as Unidades da Federação legislassem de acordo com as peculiaridades de cada região, cultura, enfim condições particularizadas de cada uma delas.

Ao manusearmos a legislação estadual a respeito da Polícia Militar do Paraná, naquilo que se refere à estabilidade, encontramos na Lei Estadual número 1943, de 23 de junho de 1954 – Código da Polícia Militar – a previsão do instituto jurídico ora discutido. A Lei retrocitada em seu artigo quinto assim prevê:

Art. 5º- São militares de carreira os componentes da Corporação com vitaliciedade assegurada ou presumida.

§ 1º - A vitaliciedade é assegurada ao oficial desde o momento do seu compromisso no primeiro posto.

§2º - Vitaliciedade presumida é a da praça com mais de dez anos de serviço.
(sic)

Tal previsão jurídica não é inovação do texto legal acima citado, mas apenas uma continuação de algo que já existia, pois no Estatuto da Polícia Militar que ele veio a substituir já estava prevista a mesma situação. Ao verificarmos a Lei Estadual número 241, de 06 de setembro de 1949, Estatuto que regula os direitos, prerrogativas, deveres e responsabilidades dos oficiais e praças da Polícia Militar do Estado, encontramos a seguinte previsão relativa aos integrantes da Polícia Militar:

Art. 3º- É militar de carreira o componente da Polícia Militar do Estado com vitaliciedade assegurada ou presumida.

Parágrafo Único – Vitaliciedade presumida é a da praça de pré com mais de 10 anos de serviço. (sic)

A Constituição Federal, que ora se encontra em vigor, refere-se de forma indireta a respeito da estabilidade do servidor militar, como sendo dez anos. Encontramos essa previsão legal no artigo quatorze, parágrafo oitavo, que assim determina:

O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

I – se contar menos de dez anos de serviço deverá afastar-se da atividade;

II – se contar com mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

Nota-se aqui um imbróglio jurídico, pois o texto do Código da Polícia Militar refere-se à vitaliciedade, não à estabilidade. Os dois institutos jurídicos são distintos e recebem tratamento diferenciado. A vitaliciedade só é prevista para alguns membros do Estado, e não a todos em razão de sua definição técnica. Para que um servidor com vitaliciedade possa ser afastado do serviço público, é necessário que ele tenha contra si uma sentença condenatória com trânsito em julgado, citamos como exemplo os integrantes da Magistratura, os Oficiais das Forças Armadas, os Oficiais das Polícias Militares. Já para os servidores que possuem a estabilidade não é necessária tal sentença judicial, basta um ato administrativo para excluí-los do serviço público.

Com certeza, o legislador à época pretendia conceder ao Praça da Polícia Militar a estabilidade ao fazer tal previsão, entretanto utilizou o vernáculo de forma diversa do seu significado, causando com isso a confusão na aplicação da norma legal na atualidade.

O fato não foi observado ainda por nenhum profissional de direito que venha a ser defensor de um Praça da Polícia Militar, talvez até por não possuir o conhecimento adequado da legislação peculiar da Milícia Paranaense, mas ousamos afirmar que quando o primeiro perceber, todas as exclusões ocorridas poderão ser contestadas caso não haja uma condenação judicial formal com trânsito em julgado.

Ao nos referirmos ao instituto da Vitaliciedade, afirmamos que ela não se aplica aos Praças da Polícia Militar, e para comprovarmos tal assertiva nos socorremos na Constituição Federal que delimita quais são os servidores da administração pública que são contemplados com tal direito. Ao consultarmos os estudiosos, verificamos o mesmo entendimento, pois ao conceituarem o instituto jurídico ratificam, de maneira insofismável o entendimento acima explanado, senão vejamos:

GASPARINI (2001, p. 201):

A vitaliciedade é a prerrogativa que impede a perda do cargo titularizado por determinados agentes públicos, salvo por sentença judicial transitada em julgado, aposentadoria compulsória, exoneração a pedido ou morte. É outorgada constitucionalmente aos membros do Poder Judiciário (art.95, I, da CF), aos Ministros do Tribunal de Contas da União (art.73, §3º, da CF), aos integrantes do Ministério Público (art. 128, §5º, I, a, da CF) e aos Oficiais Militares (art. 142, §3º, VI, da CF), em razão da independência que se exige desses agentes no desempenho de suas altas funções. A

ninguém mais é concedida, nem a legislação infraconstitucional pode concedê-la, visto que não cabe à lei ampliar os cargos dessa natureza.

...

Pelos oficiais militares é adquirida com a posse do posto.

FIGUEIREDO (2001, p. 551):

Cargos vitalícios são todos aqueles vocacionados à permanência definitiva de seus titulares, salvo procedimento judicial para a sua perda.

DI PIETRO (2001, p. 479):

Provimento vitalício é o se faz em cargo público, mediante nomeação, assegurando ao funcionário o direito à permanência no cargo, do qual só pode ser destituído por sentença judicial transitada em julgado.

Sempre é possível com relação a cargos que a Constituição Federal define como de provimento vitalício, uma vez que a vitaliciedade constitui exceção à regra geral da estabilidade. Definida no artigo 41. A lei ordinária não pode ampliar os cargos dessa natureza.

Com o advento da Reforma Administrativa realizada pela Emenda Constitucional nº. 19 de quatro de junho de 1998, houve a implantação de uma forma de avaliar o desempenho do funcionalismo público, ao menos durante o período aquisitivo da estabilidade. E o servidor público militar como é que fica? Considerando-se que é uma classe especial dentro da Administração Pública, ela também recebeu tratamento diferenciado. Vejamos o que a Revista Veja, já citada anteriormente diz a respeito dos servidores públicos militares, em particular a respeito dos policiais:

De acordo com a votação na Câmara, só os servidores que ocupam postos típicos de Estados, que não têm correspondente na iniciativa privada – como **policiais**, fiscais da Receita ou diplomatas – , **terão direito à estabilidade plena**, só podendo ser demitidos por grave falta administrativa. (grifo nosso)

A estabilidade do policial-militar, como já vimos, não é algo normatizado, regulamentado, é algo que cabe discutir, não é algo pronto e acabado, a dúvida é com relação aos Praças da Polícia Militar, e em especial aos Alunos-Soldados, eles têm ou não estabilidade?

4.3 A DISPENSA

A Polícia Militar é um órgão público, pertencente ao Poder Executivo, e como tal tem além da responsabilidade inerente às suas funções peculiares, obrigações morais com a sociedade, com o poder público e com o seu público interno. Sendo a Polícia Militar mantida com o erário público, tem que cumprir a sua missão de forma eficiente, provendo a segurança pública, mantendo e preservando a ordem pública, promovendo a paz social, e defendendo a sociedade dos elementos perniciosos que violam as regras da convivência social. Para tanto, executa os mais variados tipos de policiamentos, retira do seio social tais elementos e os encaminha ao Poder Judiciário para que ele cumpra a legislação e, quando for o caso, afastem do convívio social aqueles que infringiram a lei.

Ocorre que para ser um policial-militar é necessário ter um comportamento reto, acima de qualquer dúvida, ou desconfiança. O policial-militar deve espelhar confiança, segurança. Deve ser o socorro de todo ou qualquer cidadão, em qualquer situação que se apresentar. Partindo desse pressuposto, não é admissível que um policial-militar infrinja as leis, pois ele é pago pela sociedade para fazer com que todos os cidadãos a respeitem. Logo ele não pode desrespeitá-la. Ainda, em razão dos valores morais que lhe são exigidos no seu período de formação, para que ele possa ser considerado um policial-militar, jamais poderia fazer algo contrário àquilo para o qual é pago para fazer.

E o que fazer quando isso ocorre? Como a Polícia Militar pode se defender e defender a sociedade desses elementos perniciosos, que são pagos para defender a sociedade dos marginais, ladrões, assaltantes, e são os primeiros a roubá-la, a assaltá-la, e violentá-la? Estaria a sociedade disposta a continuar pagando o salário, e manter tal funcionário? Teria ela confiança na Instituição sabendo que é formada por ladrões, assaltantes? Teria confiança para deixar a Polícia Militar responsável pela segurança de seus filhos? Quem em sã consciência entregaria a guarda da vida de seu filho a um marginal?

Ousaremos fazer uma parábola para exemplificarmos o que tentamos demonstrar anteriormente: Um cidadão resolve viajar para o litoral, e com receio de que algum ladrão lhe roube o patrimônio, contrata um guardião. Tranquilo, ele e sua família viajam para as férias de final de ano. Ao final de quinze dias retornam. Para sua surpresa descobre que o guardião que havia contratado para cuidar de sua

residência, havia lhe vilipendiado o patrimônio, levando tudo que era possível de sua casa.

Um ano após, o mesmo cidadão conseguiu comprar tudo que lhe haviam roubado, e eis que se prepara para novamente passar as férias com a sua família no litoral. Esse cidadão contrataria o mesmo guardião para cuidar de sua residência enquanto saísse de férias? Ousamos responder: é óbvio que não! Então o que fazer com o policial que desrespeita as leis que deve respeitar e que deve fazer os outros respeitar? Está claro que não tem mais condições morais para ser policial militar, e que deve ser expurgado do serviço, pois, contrariou preceitos básicos de sua profissão. É o mesmo caso com o médico cuja missão é a de salvar vidas. A partir do momento em que começar a tirar vidas, não é mais digno de ser médico, e deve ser afastado da profissão.

Para resolver tal problema, a Polícia Militar tem instrumentos técnico-administrativos baseados na legislação pátria para dispensar esses maus policiais do serviço público e assim manter a higidez do serviço prestado pela Corporação à sociedade paranaense. Esses remédios legais constituem-se em processos administrativos disciplinares, aos quais os policiais são submetidos quando são acusados de alguma conduta indigna ou contrária às normas que norteiam o serviço. Quando julgados culpados, são afastados da Corporação.

Para cada classe de policiais-militares há um processo disciplinar administrativo próprio, pois para cada classe há valores peculiares, além daqueles que são inerentes a todos eles. Então, temos um tipo de processo específico para os oficiais, outro para os praças. Será feito um breve comentário para cada um deles, tentando explicar a fundamentação teórica, a "*MENS LEGIS*" desses processos para um melhor entendimento.

Quando um Oficial demonstrar um desvio de comportamento que o incompatibilize com a função, será submetido a um processo administrativo disciplinar denominado Conselho de Justificação. Esse processo é híbrido, pois começa no âmbito administrativo e exaure-se no Poder Judiciário. Após ser concluído pela Administração Policial-Militar, é remetido ao Poder Judiciário, a quem cabe julgá-lo. O Conselho de Justificação é regulado pela Lei Estadual número 8.115, de 25 de junho de 1985, que lhe diz o rito e a forma.

O Conselho de Justificação é aplicado única e exclusivamente aos Oficiais, sendo que os praças são submetidos a um processo administrativo próprio,

também regulado por lei. O Oficial será submetido ao Conselho de Justificação quando for acusado oficialmente de ter procedido incorretamente no desempenho de cargo, ou ter tido conduta irregular ou ainda ter praticado ato que afete a honra pessoal, o pundonor policial-militar ou o decoro da classe, e em outras situações que venham a colocar em dúvida a sua condição de ser Oficial da Polícia Militar.

Para os praças, o instrumento legal que regula o processo administrativo disciplinar é a Lei Estadual número 6.961, de 28 de novembro de 1977, que cria o Conselho de Disciplina da Polícia Militar do Estado do Paraná, e que a exemplo do processo dos Oficiais, elenca as condições em que o praça será submetido a tal processo. Os motivos para que o praça seja submetido são os mesmos para que os Oficiais sejam submetidos ao Conselho de Justificação, guardadas as devidas proporções, pois há um maior rigor para com os Oficiais.

A competência do Conselho de Disciplina é julgar os Aspirantes-a-Oficial da Polícia Militar e os praças com estabilidade. O artigo segundo da referida lei, assim assevera:

Compete ao Conselho de Disciplina, assegurada ampla defesa ao acusado, julgar:

- a incapacidade do Aspirante a Oficial PM e demais praças da Polícia Militar do Estado do Paraná, com estabilidade assegurada, para permanecer na ativa;
- a incapacidade do Aspirante a Oficial PM e demais praças da Polícia Militar do Estado do Paraná, reformados ou na Reserva remunerada, para permanecerem na situação de inatividade em que se encontram.

Como se pode perceber dos textos legais citados, quando o Oficial, o Aspirante-a-Oficial, que é um praça especial, e os praças com estabilidade, quando tiverem uma conduta irregular, que os incompatibilize com o exercício de suas funções sociais dentro da Polícia Militar, serão submetidos a tais processos.

Para o praça sem estabilidade, que cometa um ato indigno vindo a tornar sua permanência na Polícia Militar impossível, de acordo com a missão da Corporação, foram criados vários remédios administrativos ao longo da história da Instituição. Até o início do ano de mil novecentos e oitenta, utilizava-se o instituto de engajamento, em que o praça voluntariamente entrava na Corporação, formava-se e tinha assegurado o seu engajamento por três anos. Ao final desse tempo, ele faria um reengajamento por mais três anos, desde que tivesse parecer favorável do seu comandante, fosse julgado apto pela Junta Ordinária de Saúde da Polícia Militar do Paraná e estivesse no bom comportamento. Enfim, que preenchesse alguns

requisitos. Procedimento análogo voltava a ocorrer ao completar seis e nove anos, devendo preencher os mesmos requisitos para poder ser reengajado por mais um período. Ao completar dez anos, ele era considerado estável e não necessitava mais fazer engajamento.

Esse sistema perdurou até mil novecentos e oitenta, quando foi publicada a Portaria do Comando-Geral nº. 088, de 12 de março de 1980, que instituía a Comissão de Sindicância, destinada a julgar a capacidade dos praças com menos de dez anos, logo, sem estabilidade, de permanecer nas fileiras da Corporação. A Comissão de Sindicância funcionava aos moldes dos Conselhos de Justificação e de Disciplina, assegurando a ampla defesa e o contraditório aos acusados, e possibilitando a esses apresentar todos os tipos de prova admitidos no direito. A Comissão de Sindicância, a exemplo do Conselho de Disciplina, exauria-se no âmbito da Administração.

No dia vinte e cinco de agosto de 1993, o Boletim do Comando-Geral nº 162 tornou pública a Portaria do Comando-Geral número 450- DP/SJD de 10 de agosto de 1993, que instituiu a Sindicância Disciplinar, que veio substituir a Comissão de Sindicância, na tarefa de verificar as condições de permanência na Polícia Militar daqueles policiais-militares que infringiram os códigos legais, os códigos de honra, e os preceitos deontológicos reinantes na Corporação.

Os princípios da Sindicância Disciplinar eram os mesmos da Comissão de Sindicância, ou seja, verificar as condições dos praças sem estabilidade de permanecerem nas fileiras da Corporação quando cometerem atos que os contra indiquem a continuar serem policiais-militares, atos desabonadores, imorais, ilegais, enfim, que comprometam a sua conduta, a da Corporação e a do Estado como responsável pela manutenção e preservação da ordem pública.

A Sindicância Disciplinar teve vida efêmera, pois em dezenove de setembro de 1997, o Boletim do Comando-Geral, número 179, à folha 07, tornou público que a partir dessa data, todos os praças da Polícia Militar que tiverem conduta contrária à missão maior da Instituição, seriam submetidos a Conselho de Disciplina, independente de possuírem ou não estabilidade.

Aqui cabe uma ressalva: quem seria considerado praça da Polícia Militar? O Aluno-Soldado que entrou ontem e que hoje apresentou problemas teria que ser submetido ao processo administrativo disciplinar conhecido como Conselho de Disciplina? O Aluno-Oficial que entrou na Polícia Militar há uma semana e que não

se adapta à profissão deveria ser submetido ao Conselho de Disciplina? Os alunos em período de formação, Alunos-Oficiais e Alunos-Soldados já seriam efetivamente funcionários públicos ou meramente estagiários, cumprindo uma etapa para serem investidos no cargo definitivamente?

Desejando uma resposta, buscamos os ensinamentos dos doutos que estudam a relação entre a Administração e o administrado, e que abaixo transcrevemos:

DI PRIETO (2000, p. 479), assim ministra seus ensinamentos:

Provimento efetivo é o que se faz em cargo público, mediante nomeação por concurso público, assegurando ao servidor, após três anos de exercício, o direito de permanência no cargo, do qual só pode ser destituído por sentença judicial, por processo administrativo em que seja assegurada ampla defesa ou por procedimento de avaliação periódica de desempenho, também assegurado o direito à ampla defesa.

MELLO (2000, p. 277), também tem o mesmo entendimento

Os cargos de provimento efetivo são os predispostos a receberem ocupantes em caráter definitivo, isto é, com fixidez. Constituem-se na torrencial maioria dos cargos públicos e são providos por concurso público de provas e de provas e títulos.

A aludida fixidez é uma característica de cargo, não de quem nele venha a ser provido. Seu titular só após três anos de exercício, período que corresponde ao estágio probatório, é que nele se efetiva e adquire estabilidade, se avaliado favoravelmente.

O festejado professor MEIRELLES (1991, p. 372 e 373), assim nos ensina:

A nomeação é o ato de investidura do servidor no cargo, o qual se completa com a posse e o exercício.

A posse é a **conditio juris** da função pública. Por ela se diferem ao funcionário ou ao agente político as prerrogativas, os direitos e os deveres do cargo ou do mandato. Antes da posse não há provimento do cargo, nem pode haver exercício da função pública. É a posse que marca os direitos e deveres funcionais, como também gera restrições, impedimentos e incompatibilidades para o desempenho de outros cargos, funções ou mandatos.

(...)

Com a posse, o cargo fica provido e não poderá ser ocupado por outrem, mas o provimento só se completa com a entrada em exercício do nomeado.

Sorvendo os conhecimentos do mestre, verifica-se que enquanto não tomar posse em um cargo público, o Aluno-Soldado é apenas um pretendente a um emprego público, nada lhe restando senão a expectativa de direito.

Cada um dos processos tem o seu público-alvo. O Conselho de Justificação é destinado aos Oficiais. O Conselho de Disciplina, segundo a lei, é

destinado aos Aspirantes e praças com estabilidade, apesar de o Comando da Corporação ter resolvido ampliar seu alcance a todos os praças, independente do que prevê a lei. A intenção talvez seja benéfica aos praças e à Instituição, mas tem que ser modificada a legislação, pois é do Poder Legislativo a competência para ampliar ou restringir a abrangência de um diploma legal, não podendo um integrante da Administração Pública simplesmente alterar a destinação de um texto legal. Como serão julgados os praças com menos de dez anos, e os Alunos-Oficiais quando cometerem irregularidades, ou não se adaptarem às regras internas, morais, éticas da Polícia Militar? Quando um Aluno-Soldado revelar conduta que o incompatibilize com o exercício futuro da função de Policial Militar, qual será o mecanismo que a Administração Policial Militar terá a seu dispor para dispensar esse aluno e excluí-lo do seio da Corporação?

Durante o período de formação, o aluno é avaliado para que se possa ver sua condição moral, ética, disciplinar, obediência, a sua honra, o seu caráter, a sua condição de absorver conhecimentos, de aprendizagem, a sua capacidade de internalizar valores que são caros à Instituição. E se o aluno não corresponder a essas expectativas, a Polícia Militar, e, por conseguinte a sociedade é obrigada a tê-lo nos seus quadros, cuidando da segurança dos cidadãos ou irá gerar mais insegurança?

Como vimos, não há previsão legal de nenhum dispositivo que permita à Polícia Militar afastar dos seus quadros Alunos-Soldados que não se enquadrem dentro dos dogmas da profissão policial-militar. A função policial militar é um sacerdócio. Não é apenas mais uma profissão, mais um emprego. Não é só uma função burocrática, ela é uma missão, uma cruzada visando combater o mal, assegurando a ordem pública, tornando a vida em sociedade mais justa, mais ordeira, para que todos tenham paz social e tranquilidade para desenvolver o seu papel dentro da comunidade social, trabalhando para o desenvolvimento econômico, social, tecnológico, enfim trabalhando para o progresso não só do grupo social a que pertence, mas de todo o país, de toda a humanidade. Para esse fim, para que reine essa paz social, é que existe a POLÍCIA. Para que exista a polícia é necessário que ela seja integrada por bons policiais, e também que haja previsões legais para afastar os maus policiais, quando surgirem dentro das organizações policiais.

5 PROBLEMATIZAÇÃO E HIPÓTESES

5.1 ENUNCIÇÃO FILOSÓFICA DO PROBLEMA

Verificando o ingresso e a promoção a Soldado de Primeira Classe nos Cursos de Formação de Soldados, nos últimos cinco anos, nota-se que há uma perda significativa entre o primeiro e o segundo momento. Há vários problemas que ocorrem entre o ingresso na Escola de Formação de Soldados e a Formatura ao final do Curso de Formação de Soldados seis meses depois. Entre eles há o problema de aproveitamento escolar, o problema disciplinar, o problema de adaptação à vida militar, a capacidade de internalizar valores imprescindíveis à vida de caserna, a conscientização de dever profissional, o entendimento da abnegação ao serviço e à comunidade, o reconhecimento de que a vida militar exige dedicação exclusiva e exaustiva. Considerando tudo isso, muitos não concluem o Curso de Formação de Soldados. Alguns tomam consciência disso e pedem o seu afastamento, solicitam a sua exclusão do curso e da Polícia Militar. Outros apresentam problemas e insistem em permanecer na Corporação, causando transtornos à Administração Policial Militar. Há casos em que o Aluno-Soldado vendo que será excluído, e ignorando como se dará tal dispensa, solicita o seu afastamento, muitas vezes incentivado pelos próprios Oficiais, que com isso economizam muito serviço burocrático na confecção dos ditos processos administrativos. Ocorre que aqueles que normalmente são os mais problemáticos, insistem, causam transtornos administrativos, impetram remédios jurídicos, causam embaraços à Administração Policial Militar, entram com recursos contestando a validade de determinados processos, procurando desacreditar a Instituição e os Oficiais, afirmando que estão usando meios jurídicos descabidos, que não se aplicam a eles, gerando um clima de impunidade no âmbito dos Cursos de Formação de Soldados, onde a ordem do Comando da Escola deveria ser obedecida sem pestanejar. Atualmente é contestada e desobedecida flagrantemente, ocasionando traumas dentro da cadeia de comando, desautorizando Oficiais, criando cismas nos Oficiais que comandam a Escola de Formação de Soldados e os demais Oficiais das mais variadas Unidades da Polícia Militar. Este tipo de comportamento do Aluno-Soldado, buscando no Poder Judiciário todo e qualquer tipo de remédio, tem o fim único de postergar a ação disciplinadora da Corporação, talvez com a intenção de terminar o Curso de Formação de Soldados e

ser promovido Soldado de Primeira Classe e então ver-se livre do dito processo, ou por outra razão que se desconhece. Outros tantos Alunos-Soldados também foram submetidos a processos administrativos e esses se arrastaram por tempos incomensuráveis, sem uma solução definitiva, pois é prática comum os advogados utilizarem-se de todas as medidas protelatórias cabíveis para embaraçar o transcorrer do feito e quando do final do Curso, solicitarem ao Poder Judiciário, que conceda liminarmente o direito de serem promovidos a Soldado de Primeira Classe, ocasionando assim um clima de intranquilidade, de impunidade perante os demais Alunos-Soldados e toda a Polícia Militar. Isso não pode continuar, pois com certeza levará a Instituição, e principalmente as Escolas de Formação de Soldados, ao descrédito perante o seu público interno e perante a população; justo a Polícia Militar, considerada um exemplo para toda a sociedade, local onde se aprende o que é correto, o que é certo, justo.

5.2 A EVASÃO DURANTE O CURSO

Dentre o universo estudado, ou seja, nos últimos cinco anos da Escola de Formação de Soldados, encontramos os seguintes dados:

TABELA 1 - EVASÃO ESCOLAR DO CFSd

TURMA	Matrículas	Formandos
2001	000	000
2002	294	290
2003	000	000
2004	805	776
2005	23	15

Fonte: Diretoria de Ensino/PMPR

Percebe-se que há uma diferença entre os que são matriculados, e os que se formam. É verdade que há reprovações. Outros que desistem. Mas há também aqueles que por problemas disciplinares optam por solicitar a exclusão, a fim de evitar serem excluídos a bem da disciplina, pois isso lhes acarretaria problemas futuros quando tentassem outra atividade profissional, e inclusive tal prática é incentivada pelos Oficiais da Polícia Militar do Paraná, também para não prejudicar um futuro emprego do Aluno-Soldado que não se adapta às regras da caserna, ou à dedicação que é imposta pela carreira policial militar. Aqui se constata uma preocupação dos Oficiais com o aspecto social daqueles que não se adaptaram à vida militar, mas que poderão produzir muito bem para a sociedade em outro tipo de atividade.

Ao tornar-se um policial-militar, o indivíduo que, na sociedade, já tem deveres para consigo mesmo, para com o próximo e para com o seu grupo social, adere a um corpo de regras, ou seja, as da Corporação, todas fundadas, basilarmente, na hierarquia e na disciplina.

Esta adesão voluntária implica, automaticamente, na aceitação de valores próprios da Milícia, cultivados através dos tempos e devidamente concentrados, normatizados e sistematizados nos rígidos regulamentos e nas regras éticas de conduta do árduo, porém, gratificante serviço policial militar.

A nenhum grupo social se exige tanto de seus componentes como o do militar. Assim, o sacrifício da própria vida é mais que um simples risco do serviço, é um dever do Policial-Militar de qualquer posto ou graduação, na defesa da sociedade.

Por isso, sendo um sublime compromisso, proclama perante a sagrada Bandeira Nacional e na presença de testemunhas da coletividade, sob juramento, solenemente: *"... cumprir e fazer cumprir as leis e regulamentos, proteger o Estado, a Pátria e as Instituições, com o sacrifício da própria vida."*

É oportuno trazer à colação, momentosa manifestação de eminente julgador, em lapidar voto lançado em venerando Acórdão prolatado no Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região, *ipsis litteris*:

Na vida, cada cidadão segue um caminho. Cada caminho seguido tem a sua própria feição. Se o cidadão resolve seguir a vida militar, deve estar ciente de que é uma vida cheia de limitações, cheia de imposições, que no mundo civil, às vezes são até absurdas, mas que, no mundo militar, justificam-se pelos princípios de hierarquia e disciplina... (in Parecer nº 26/CONJUR-1991/EMFA, publicado no Diário Oficial da União de 05 Dez 91, pág. 27.868)

Evidentemente, para condições tão especiais de trabalho, especial também há de ser o regime disciplinar, de modo a conciliar os interesses da Instituição com os direitos e deveres dos que a ela pertencem.

Um regime disciplinar rígido, a abnegação, dedicação, o sacrifício até da própria vida. Isso que é pedido para o Aluno-Soldado quando entra na Corporação. Não se pede que ele se mate, mas deve estar consciente de que no desempenho de suas funções, a sua vida pode correr perigo, em razão da sua vida dentro da Polícia Militar. Pode morrer no cumprimento do dever. Algo impensável quando olharmos para outras profissões, por isso é que a Polícia Militar é mais que uma profissão. É uma missão. O seu integrante reveste-se no papel de paladino da justiça, do direito, da correção de atitudes. Ele é o exemplo a ser seguido, e como tal não é admitido pela sociedade nenhum desvio de caráter, de personalidade. O policial-militar deve ser um ente etéreo, cabalístico, isento de defeitos, vícios, pois é nele que o Estado se faz representar no dia-a-dia perante a população. Em alguns rincões do Estado, o policial-militar é o símbolo onipresente do Estado. Em alguns lugares, o único representante dele.

Essas qualidades ou requisitos que são exigidos dos policiais-militares formam um conjunto deontológico que muitos não conseguem entender e seguir, ocasionando problemas de ordem disciplinar, de adaptação à vida militar, e por conseguinte, há obrigação de a Instituição afastar aqueles policiais-militares que não se coadunam aos propósitos e às missões da Milícia Estadual.

Quando isso ocorre vemos a evasão das Escolas de Formação. Em nosso caso, da Escola de Formação de Soldados, onde há um número grande de Alunos-Soldados que se afastam por não conseguirem entender e adaptar-se às regras daquela Escola de Formação e aos dogmas da Instituição.

As Escolas de Formação de Soldados, então, procuram formar os melhores Policiais, que a Corporação necessita para cumprir sua missão. Cada vez que um Aluno-Soldado afasta-se ou é afastado do corpo discente, significa que na próxima inclusão haverá mais uma vaga para a Escola de Formação de Soldados, pois o número de vagas é determinado pelo número de vagas no quadro organizacional da Corporação.

Cada ser já nasce vocacionado. O fato de um jovem não se adaptar para a vida militar não significa ser um imprestável. Mantê-lo desajustado é trair a Instituição e fragilizar a sociedade.

5.2.1 O Problema Disciplinar

Os Alunos-Soldados quando entram na Escola são remunerados pelo Estado. Recebem alimentação, uniforme, assistência médico-hospitalar, odontológica, tudo isso só para estudar e se formar como guardiões da lei e da ordem. Fazem trabalhos escolares teóricos e práticos, treinando, especializando-se na futura missão que irão desempenhar dentro do contexto social.

Não é só isso, entretanto. Deverão também demonstrar que estão à altura do investimento que o Estado e a Polícia Militar estão realizando. Em contrapartida têm obrigações e deveres para cumprir, não regras estapafúrdias, mas coisas simples como: obediência aos superiores hierárquicos; lealdade para com os companheiros; superiores; e principalmente consigo mesmos; pontualidade e assiduidade aos compromissos da Escola; dos treinamentos; da Corporação; ter um aproveitamento escolar satisfatório; para ser aprovado dentro do curso; enfim como em todo órgão, empresa, indústria ou qualquer outro setor da vida; têm determinadas obrigações a cumprir.

Quando o Aluno-Soldado não cumpre essas obrigações é penalizado, com punições administrativas, que objetivam reeducá-lo a não cometer mais aquele ato, por ser considerado errado de acordo com as normas da Corporação, e também serve de exemplo para os demais milicianos, para que não venham a praticar tal ato.

A maioria dos Alunos-Soldados entendem os corretivos aplicados e não voltam a cometer os mesmos erros, passando a comportar-se de maneira correta e digna.

Entrevistando o Capitão QOPM ÉLIO, Chefe da Seção de Justiça e Disciplina da Diretoria de Pessoal, o mesmo informou que as transgressões disciplinares cometidas pelos Alunos-Soldados são de dois tipos distintos: as peculiares da Escola, que estão previstas nas Normas Gerais de Ação das Escolas de Formação de Soldados e aquelas mais graves, previstas no Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), que é adotado pela Polícia Militar. Estas são mais raras do que aquelas, até em razão da gravidade, pois as mais leves são infringidas com mais frequência.

Entre as mais cometidas pelos Alunos-Soldados, estão aquelas referentes à limpeza, salas de aulas, asseio corporal, o não cumprimento de determinações, atrasos para formaturas, uniforme em desalinho, falta de empenho escolar, e outras com menor frequência.

É bem verdade que há vários alunos que são contumazes no cometimento de faltas. Dentro das Escolas de Formação de Soldados há Alunos que entram no mau comportamento com relativa facilidade, por não se adaptarem ao regime disciplinar da Polícia Militar. Desses Alunos-Soldados muitos são submetidos a Processos Administrativos Disciplinares, por não se enquadrarem nas regras de disciplina e hierarquia da Polícia Militar.

É necessário instaurar o Conselho de Disciplina para poder dispensar o Soldado de 2ª Classe, não apenas nos casos disciplinares, mas também na falta de aproveitamento escolar.

Logo após ingressar na Polícia Militar o Soldado de 2ª Classe já é detentor de direitos, entre eles o de só ser dispensado após o devido processo legal, ou seja, o Conselho de Disciplina, mesmo que o fato tenha ocorrido no dia seguinte ao seu ingresso.

Em média um Conselho de Disciplina para ser decidido leva 120 dias, desde a sua instauração até a decisão final por parte do Comandante Geral.. Após isso há ainda um recurso ao Governador do Estado, mas este recurso não tem efeito suspensivo.

Além dos Oficiais Coordenadores que inicialmente apuram o cometimento da transgressão que motiva a instauração do Conselho de Disciplina, são envolvidos no processo três Oficiais que formam a comissão processante, mais dois Oficiais da Seção de Justiça e Disciplina da Diretoria de Pessoal e o Comandante Geral que analisa e decide a questão. Isso tudo no prazo de cento e vinte dias aproximadamente. Então se um civil entrar na Polícia Militar e no primeiro dia cometer uma transgressão grave ele terá que ser submetido a um Processo Administrativo Disciplinar que envolverá toda esta estrutura e durarão cento e vinte dias.

Até a adoção da Sindicância de forma inquisitorial, ainda era possível adotá-la para estes casos, pois ela continha previsão para a ampla defesa e ao contraditório, atualmente como ela destina-se apenas para a constatação de indícios de faltas de natureza grave este instrumento administrativo não pode ser utilizado para provocar a dispensa de Policiais Militares.

Também o Formulário para Apuração de Transgressão Disciplinar (FATD), não pode ser utilizado para isso, pois se destina para a apuração de transgressões disciplinares simples e de menor gravidade.

O Conselho de Disciplina é para ser aplicado aos Praças da Polícia Militar que tenham estabilidade, entretanto a legislação peculiar da Corporação não possui uma definição sobre a estabilidade, mas sim prevê a vitaliciedade, primeiro aos Oficiais a partir do momento do seu compromisso ao primeiro posto, e em seguida aos Praças com mais de dez anos garante a vitaliciedade presumida. Mas vitaliciedade é diferente de estabilidade, a primeira garante que o seu detentor só pode ser dispensado do serviço público quando tiver contra si sentença judicial com transito em julgado, enquanto o policial militar com estabilidade poderá ser dispensado do serviço público através de um ato administrativo. Isto justifica a aplicação do Conselho de Disciplina a todos os Praças da Polícia Militar indistintamente. Isto ocorre porque não há uma norma legal disciplinando a estabilidade e as regras de adquiri-la.

Nota-se que alguns Alunos-Soldados se mostram insensíveis às punições aplicadas, e voltam a repetir os mesmas transgressões disciplinares inúmeras vezes, desrespeitando os próprios companheiros de turma, os Oficiais e Praças da Unidade, a Instituição, e a eles próprios.

É em razão desses Alunos que há a necessidade da previsão legal de processos administrativos. Eles são as razões da elaboração do presente trabalho.

A inexistência de um mecanismo de defesa para a Administração Policial Militar, e por conseguinte para toda a sociedade paranaense, que possibilite a retirada rápida, mas de forma legal, do Aluno-Soldado que é insensível às punições aplicadas, que demonstra não ter capacidade para ser um Policial Militar, e que causa transtornos às vezes intransponíveis. Como um Comandante pode administrar uma Escola de Formação de Soldados, onde grassa a impunidade, onde Alunos são punidos rotineiramente por faltas cometidas, e demonstram não estarem sensibilizados, não entenderem o caráter ilícito do seu comportamento, e continuarem a freqüentar a Escola, desafiando a autoridade de quem a comanda, servindo de exemplo negativo para os demais, afrontando assim as regras básicas que norteiam a vida miliciana, que são a disciplina e a hierarquia?

5.2.2 O Aproveitamento Escolar

Ao ingressar na Escola de Formação de Soldados, o Aluno-Soldado é contemplado com inúmeros direitos. Entre esses o de estudar, sendo pago para isso pelo Estado, visto que irá fazer somente isso. O povo irá remunerá-lo para poder ter tempo de estudar e mais tarde oferecer seus préstimos.

Em contrapartida tem que demonstrar esse conhecimento, pois é pago pela sociedade, através do Estado, que arrecada o erário público. Pago pelos contribuintes, através do pagamento de impostos, taxas, contribuições.

Quando se inscreve, no concurso para ingresso na Escola de Formação de Soldados, aceita as regras, assina um contrato. Não obtendo aproveitamento, rompe o contrato. Há um distrato. Logo tem que ser banido. A Administração tem por obrigação legal de afastá-lo da Escola.

A Administração é incompetente em manter um ser nessas condições, não pode prevaricar. O conhecimento é a prestação de serviço a ser cumprida por parte do Aluno-Soldado.

A Instituição é o instrumento da sociedade e do Estado para verificar o fiel cumprimento do contrato. Havendo condescendência, ocorrerá o desvirtuamento da finalidade da Corporação.

Novamente nos reportamos a entrevista do Capitão QOPM ÉLIO, Chefe da Seção de Justiça e Disciplina da Diretoria de Pessoal, quando o mesmo discorre sobre o assunto do aproveitamento escolar e afirma:

É necessário instaurar o Conselho de Disciplina para poder dispensar o Soldado de 2ª Classe, não apenas nos casos disciplinares, mas também na falta de aproveitamento escolar.

O Oficial também relata dois casos que estão ocorrendo, e que provoca preocupações na parte da Administração de Pessoal da Corporação, ele assim nos relata:

Há dois fatos pitorescos que estão em andamento na Polícia, o primeiro deles é a existência de um Soldado de 2ª Classe com mais de dez anos de serviço, que inclusive já solicitou e usufruiu a sua licença especial. Este Soldado reprovou na Escola de Formação de Soldados por falta de aproveitamento escolar, na matéria de Educação Física. Após ter sido reprovado necessitou esperar uma nova Escola de Formação de Soldados, mas a nova Escola só aconteceu quatro anos mais tarde. Também nesta Escola ele reprovou e alegou que estava com problemas de saúde (coração) e que havia adquirido tal problema na Polícia Militar. Atualmente está solicitando sua transferência para a inatividade por problemas de saúde, ele quer ser reformado por invalidez.

O outro caso é também de Soldado de 2ª Classe que foi reprovado por três vezes em Escolas de Formação. Após ser submetido a Conselho de Disciplina a Administração não encontrou embasamento legal para excluí-lo por falta de aproveitamento escolar, pois tal fato (**por si só**) não está previsto nos motivos para submeter um Praça ao Conselho de Disciplina, muito embora em alguns caso se possa aplicar a exclusão a bem da disciplina, quando a falta de aproveitamento estiver acompanhada de fatores que determinam a sua incapacidade para o exercício da atividade policial-militar. Atualmente está freqüentando a Escola de Formação de Soldados, pela quarta vez. (**grifamos**)

Em suma, o Aluno-Soldado tem de ter aproveitamento escolar satisfatório, não ocorrendo isso deve ser desligado da Escola de Formação de Soldados, pois estará onerando o erário público. É obrigação de a Polícia Militar fiscalizar para que isso seja cumprido fielmente.

Infelizmente não há instrumento legal para afastar dos quadros da Polícia Militar o Aluno-Soldado que não obteve o aproveitamento escolar adequado. Resta a indagação: O que fazer com este Aluno-Soldado que não foi aprovado?

5.3 ENUNCIADO DAS HIPÓTESES

H₀ – A inexistência de procedimentos administrativos simplificados e céleres, que propiciem, tempestivamente, no curso de formação, a exclusão do aluno desajustado, inapto e/ou não vocacionado, contribui para o comprometimento da reputação da Instituição.

H₁ – A existência de procedimentos administrativos simplificados e céleres, que propiciem, tempestivamente, no curso de formação, a exclusão do aluno desajustado, inapto e/ou não vocacionado, contribuirá para que não venha comprometer a reputação da Instituição.

H₂ – O ritmo e a forma de realização dos procedimentos administrativos, nos cursos de formação, destinados à exclusão do aluno desajustado, inapto e/ou vocacionado, é irrelevante para o comprometimento da reputação da Instituição.

6 POLÍCIAS MILITARES DE OUTROS ESTADOS

Buscando subsídios em outras Polícias Militares, pesquisou-se através de correio eletrônico, como era procedida a incorporação, o ingresso e a definição de estabilidade e as dispensas daqueles Soldados em formação.

6.1 POLÍCIA MILITAR DA BAHIA

Ao recebermos a legislação peculiar da Polícia Militar da Bahia, constatamos que aquela Organização Militar tem bem clara a figura jurídica da estabilidade e de como ela se processa através do estágio probatório. Manuseando a sobredita legislação, encontramos tais previsões, as quais transcrevemos a seguir e as comentamos.

O Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Bahia foi promulgado através da Lei Estadual nº. 7.990, de 27 de dezembro de 2001, e dispõe sobre os direitos, deveres, prerrogativas vencimentos, promoções, estabilidade e outras situações a respeito dos integrantes daquela briosa Instituição Policial Militar, conforme se vê já no seu primeiro artigo.

Art. 1º - Este Estatuto regula o ingresso, as situações institucionais, as obrigações, os deveres, direitos, garantias e prerrogativas dos integrantes da Polícia Militar do Estado da Bahia.

Já na seqüência trata da forma de ingresso na Polícia Militar, em estrito cumprimento à norma constitucional, determinando a prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos e a respectiva matrícula em curso profissionalizante, obedecendo às condições previstas no presente Estatuto. Também contempla a obediência aos Editais de cada concurso, pois o Edital de um concurso é um contrato entre as partes, sendo que o candidato deve aderir ao Edital, é como se fosse um contrato de adesão. Vejamos o que prevê o artigo do citado diploma legal baiano a respeito do ingresso no seu artigo sexto:

O ingresso na Polícia Militar é assegurado aos aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos, mediante matrícula em curso

habilidades e competências poderá ser dispensado, e deixará de ser integrado às fileiras da Polícia Militar. A seguir transcrevemos este parágrafo para simples constatação:

Durante o período de realização do curso profissionalizante, o Aluno Oficial receberá, a título de bolsa de estudo, o equivalente a 30% (trinta por cento) da remuneração do posto de Tenente e o Aluno a Soldado o equivalente a um salário mínimo.

Ao tratar da estabilidade do Policial-Militar, o Estatuto prevê o estágio obrigatório, sendo necessária a sua aprovação. Contempla também o lapso temporal que será de três anos, só após isso é que irá adquirir a estabilidade. Esse entendimento vem corroborar todas as previsões anteriores citadas, é um corolário de assertivas, culminando com o estabelecimento da estabilidade e a forma como a mesma é adquirida. A aprovação do estagiário deverá ocorrer através de um ato formal, promulgado por autoridade competente, não é apenas decurso de prazo, tem que haver um ato formal com avaliação do Policial-Militar. O prazo estipulado é de três anos, porém o tempo de duração do curso de formação é computado junto, pois a partir da matrícula do aluno no curso de formação ele passa a contar tempo para o estágio probatório. Assaz interessante! Contempla ainda quais os requisitos que serão avaliados, durante os trinta e seis meses em que será submetido ao estágio. A autoridade competente dispõe do prazo de trinta dias improrrogáveis para homologar o resultado do estágio probatório, quer seja positivo ou negativo. Com o fito de ilustrar o que afirmamos, citamos abaixo a previsão daquele texto legal:

Art. 35 - O policial militar, habilitado em concurso público e nomeado para cargo de sua carreira, adquirirá estabilidade ao completar três anos de efetivo exercício, desde que seja aprovado no estágio probatório, por ato homologado pela autoridade competente.

Art. 36 - O estágio probatório compreende um período de trinta e seis meses, durante o qual serão observadas a aptidão e capacidade para o desempenho do cargo, observados, entre outros, os seguintes fatores:

- I. assiduidade;
- II. disciplina;
- III. observância das normas hierárquicas e ética militar;
- IV. responsabilidade;
- V. capacidade de adequação para cumprimento dos deveres militares;
- VI. eficiência.

§ 1º - A autoridade competente terá o prazo improrrogável de trinta dias para a homologação do resultado do estágio probatório.

§ 2º - O período em que o praça especial encontrar-se no curso de formação será computado para o estágio probatório de que trata este artigo.

O mesmo Estatuto veda o emprego dos Alunos em atividades operacionais e impõe a dedicação integral ao estudo e ao aprendizado técnico-profissional, abrindo uma única exceção ao emprego dos Alunos em atividade operacional: quando for em caráter de instrução. Com esse espírito previne o comprometimento do Aluno, que passa a dedicar-se única e exclusivamente à sua formação e fica livre da sanha de comandantes que enxergam no Aluno a possibilidade de emprego para suplementar o policiamento de suas áreas em detrimento de uma formação realmente séria e comprometida com os objetivos da Instituição Policial Militar. No artigo quarenta e sete do diploma legal tratado encontramos a previsão ora comentada:

Aos praças especiais, em curso de formação, cabe a rigorosa observância das prescrições dos regulamentos que lhes são pertinentes, exigindo-se-lhes inteira dedicação ao estudo e ao aprendizado técnico-profissional, ficando vedado o emprego em atividade operacional ou administrativa, salvo em caráter de instrução.

Por derradeiro, mas não menos importante, encontramos a previsão da contagem do tempo de serviço dos integrantes da Polícia Militar da Bahia, que no seu artigo duzentos faz a previsão e abaixo colamos:

O policial militar começa a contar tempo de serviço a partir da data de sua matrícula no respectivo curso de formação.

Percebe-se pela simples leitura que o período compreendido entre a sua matrícula, estágio probatório são computados para a contagem do tempo de serviço. Então, não há prejuízo para o Policial-Militar, pois todo o tempo em que ele esteve sendo formado, avaliado, computou-se como de efetivo serviço, não houve prejuízo.

Várias dessas previsões poderiam ser aproveitadas pela Polícia Militar do Paraná quando fosse estabelecido o estágio obrigatório para a aquisição da estabilidade. Bastava propor-se um dispositivo legal que contemplasse estes institutos jurídicos.

6.2 POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A exemplo da Polícia Militar da Bahia, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro também respondeu nosso questionamento, enviando a sua legislação peculiar, a qual passaremos a analisar e discutir.

Em um primeiro momento nos reportamos a existência da Lei, que é a Lei Estadual nº. 443, de 1º de julho de 1981 e dispõe sobre o Estatuto do Policiais-Militares do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. Já no seu primeiro artigo faz a referência sobre o objeto e os seus destinatários, reportando-se sobre a situação, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas daqueles milicianos, conforme podemos ver abaixo:

O presente Estatuto regula a situação, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas dos policiais-militares do Estado do Rio de Janeiro.

A seguir trazemos a colagem o artigo de número dez que trata do ingresso dos Policiais-Militares, e o texto legal é bastante genérico, não desafiando quais as condições, levando-nos a acreditar que os editais dos concursos serão mais específicos, pois não poderão conflitar com as normas constitucionais. Como a lei ora em discussão é anterior à Constituição Federal, o seu texto não acompanha os termos da Carta Magna, mas com certeza absoluta a obedece. Vejamos o que prevê o texto a respeito do ingresso:

O ingresso na Polícia Militar é facultado a todos os brasileiros natos, sem distinção de raça ou de crença religiosa, mediante inclusão, matrícula ou nomeação, observadas as condições prescritas neste Estatuto, em lei e nos regulamentos da Corporação.

Acreditamos que leis posteriores, os editais e outras normas estipulem a obrigatoriedade do concurso público, pois afinal é uma imposição constitucional.

Outra diferença é com relação ao ordenamento hierárquico, pois a Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro prevê a existência de três classes de Soldados. Verificando o seu Estatuto, encontramos no seu artigo quatorze esta previsão, vejamos:

Os círculos hierárquicos e a escala hierárquica na Polícia Militar são fixados no Quadro e parágrafo seguintes:

CÍRCULO DE PRAÇAS

Subtenente PM

Primeiro-Sargento PM

Segundo-Sargento PM

Terceiro-Sargento PM

Cabo PM

Soldado PM - Classe A

Soldado PM - Classe B

Soldado PM - Classe C

Ainda no mesmo artigo encontramos algumas previsões a respeito do Soldado dentro da Polícia Militar Carioca, que informa que o mesmo quando ingressa na Corporação será sempre na Classe “C”, onde permanecerá por cinco anos caso seja aprovado no Curso de Formação de Soldados, caso contrário será excluído da Instituição Militar por inaptidão ou por conveniência do serviço. Ao ser alçado à próxima classe, que é a “B”, deverá nela permanecer por dez anos, quando então será promovido à última Classe que é a “A”, onde permanecerá até a sua inatividade ou promoção. Estas previsões devem ter uma regulamentação própria sobre os requisitos de ascensão, entretanto não foram remetidas tais regulamentações, ou ainda como se procede. O texto legal está transcrito abaixo:

§ 5º - A inclusão do Soldado PM dar-se-á sempre na Classe C de sua graduação; se não for aprovado no Curso de Formação de Soldados, será excluído da Corporação, por conveniência do serviço e inaptidão para a carreira policial-militar; se for aprovado, permanecerá nessa Classe durante os 5 (cinco) primeiros anos de serviço efetivo na Corporação.

§ 6º - Decorrido o prazo de 5 (cinco) anos, o Soldado PM - Classe C terá declarado seu acesso à Classe B, na qual permanecerá até completar mais 10 (dez) anos de serviço efetivo findos os quais será incluído na Classe A, até sua promoção ou exclusão.

§ 7º - Além das condições precedentes para o acesso de Classes, outras poderão ser estabelecidas por Decreto do Governador do Estado.

As disposições aqui contidas não contribuíram para o esclarecimento da estabilidade ou de como a mesma se processa, mas é importante citá-las. Carece de outras disposições legais, que talvez contemplem este instituto para clarear o nosso entendimento, porque com certeza ele é aplicado naquela Organização Policial Militar.

7 OUTRAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

Para não ficar só no universo policial militar, fez-se a colação de regras de outra organização policial, que também forma profissionais dentro da sua área de atuação, para demonstrar o vínculo que tais alunos têm com a sua futura organização.

7.1 DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

O Departamento de Polícia Federal, através da Academia Nacional de Polícia e da Divisão de Recrutamento e Seleção, elaboraram o Edital nº. 024/04, de 15 de julho de 2004 (www.dpf.gov.br), que foi encerrado no último dia 30 de junho de 2006, sendo que a primeira fase ocorreu no ano de 2005 e a segunda etapa teve seu encerramento há poucos dias. Neste edital estão estipuladas as informações sobre o concurso, provas e o caráter de cada uma das fases.

O Edital acima citado dá conta de que o processo seletivo para o cargo de Delegado de Polícia Federal é constituído de duas etapas, a saber:

1.3 A seleção de que trata este edital será realizada em duas etapas, conforme especificado a seguir.

1.3.1 A primeira etapa do concurso público destina-se à admissão à matrícula no Curso de Formação Profissional e será executada pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE) da Universidade de Brasília (UnB), em todas as capitais das unidades da Federação e nas seguintes cidades: Santarém/PA, Imperatriz/MA, Juazeiro do Norte/CE, Ilhéus/BA, Uberlândia/MG, Bauru/SP, Campinas/SP, Londrina/PR e Santa Maria/RS, e abrangerá as seguintes fases:

- a) exame de habilidades e conhecimentos aferidos por meio de aplicação de provas objetivas e de prova discursiva, de caráter eliminatório e classificatório;
- b) avaliação psicológica, de caráter unicamente eliminatório;
- c) prova de capacidade física, de caráter unicamente eliminatório;
- d) exames médicos, de caráter unicamente eliminatório;
- e) prova prática de digitação, de caráter eliminatório, somente para o cargo de Escrivão de Polícia Federal.

1.3.2 A segunda etapa do concurso público consistirá de Curso de Formação Profissional, de caráter eliminatório e classificatório, e de responsabilidade da Academia Nacional de Polícia, a ser realizado na Academia Nacional de Polícia, em Brasília/DF.

1.4 Em obediência ao inciso I, artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 2.320, de 26 de janeiro de 1987, e de acordo com a Instrução Normativa n.º 001/2004-DGP/DPF, de 18 de março de 2004, o candidato será submetido à investigação social e/ou funcional, de caráter unicamente eliminatório, no decorrer do concurso público, podendo, ainda, a critério da Administração, ser avaliado em exame antidrogas.

Durante a Segunda Etapa, ou seja, o Curso de Formação Profissional, o aluno deverá ter dedicação integral e ainda poderá ser desligado do processo e está sujeito a ser investigado para ver a sua idoneidade. Ainda refere-se ao Curso de Formação Profissional como apenas mais uma etapa, e que se não for feita com aproveitamento, causará a eliminação do candidato do processo seletivo.

14.1.5 O candidato que estiver freqüentando o Curso de Formação Profissional estará sujeito a tempo integral com dedicação exclusiva, executando atividades que poderão se desenvolver nos horários diurno e noturno, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

14.1.6 As despesas decorrentes da participação na primeira etapa do concurso público correm por conta dos candidatos.

14.1.7 O candidato que for matriculado no Curso de Formação Profissional continuará a ser submetido à investigação social e/ou funcional, segundo o subitem 1.4 deste edital, podendo vir a ser desligado do Curso de Formação Profissional e, conseqüentemente, eliminado do concurso, se não possuir procedimento irrepreensível e idoneidade moral inatacável, nos termos da Instrução Normativa n.º 001/2004-DGP/DPF, de 18 de março de 2004.

Nas Disposições Gerais, o Edital ainda refere-se à classificação final como apenas mais uma etapa, e que gerará expectativa de direito, e não direito adquirido, vejamos:

A aprovação e a classificação final geram, para o candidato, apenas a **expectativa de direito** à nomeação. O Departamento de Polícia Federal reserva-se o direito de proceder às nomeações, em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e até o número de vagas previsto neste edital. **(grifamos)**

Ao contatarmos com o Delegado da Polícia Federal MÁRCIO ANTONIO LELIS ANATER, solicitando informações a respeito da forma de ingresso e da estabilidade dos Policiais Federais, e o insigne Delegado assim nos informou:

No Edital já vem definido que a fase de formação é só mais uma, com regras próprias, fixadas pela Academia, e que pode haver eliminação. Então em razão disso, o Aluno não tem vínculo funcional com a administração pública (pelo que não tem efetividade e nem estabilidade), mas é equiparado a tal por disposição legal, para casos de crimes, responsabilidade do Estado por atos dele no exercício da função e essas coisas.

Com relação à remuneração, ANATER informa que o candidato ao freqüentar o Curso de Formação Profissional recebe uma espécie de bolsa de estudos.

Com relação a remuneração dele, há um campo nebuloso, mas que também tem previsão no Edital. Ele recebe uma "bolsa de estudos" durante o tempo do curso, que equivale aos dias de curso custeados pela diária da União, para o valor de Brasília. De interessante nisso que há previsão de desconto por falta às aulas, desconto por indenização para prejuízos que tenha causado, desconto para pagar alojamento (se ficar em alojamento da Academia) entre outros. Na Academia o aluno ainda tem que custear sua alimentação e despesas com médico/dentista, se o tratamento não for feito no sistema próprio da Academia. Mas no geral o vencimento dele é bom.

Finaliza nos ofertando a informação sobre a estabilidade e como funciona a avaliação do estágio probatório, mostrando que no Departamento de Polícia Federal há uma preocupação com esta avaliação.

O candidato só adquire efetividade com a posse. A estabilidade ele adquire depois de 3 anos, quando aprovado no estágio probatório. A avaliação no estágio probatório é de 5 em 5 meses.

8 CONCLUSÃO

Após a leitura dos vários textos legais que ora apresentamos, é de fácil constatação que os órgãos públicos recebem os recursos humanos para poderem desempenhar as suas funções no contexto do Estado. Alguns órgãos públicos, em razão da sua atuação específica, têm por incumbência formar os profissionais para exercerem a atividade-fim das instituições. Procuram formar os melhores profissionais que são capazes, atentam sobre o comportamento desses futuros profissionais, considerando que quando estiverem no desempenho das suas funções, estarão investidos de funções de Estado. Estarão agindo e atuando em nome daquele órgão público, e para o usuário aquele funcionário é o órgão público, tanto nos acertos como nos erros. Ao atuar, o funcionário é o representante do Estado e tudo que fizer irá refletir-se sobre aqueles órgãos públicos.

Percebe-se aqui a importância da preocupação, o destino desses órgãos estará nas mãos desses futuros servidores, ora meros alunos em formação. Qualquer deslize cometido poderá comprometer o seu futuro dentro das organizações. Enquanto alunos, vigiados, conduzidos, levados à rédea curta, não deveriam apresentar desvios de comportamento. Se os apresentarem agora, o que farão quando estiverem longe dos olhos dos superiores, dos condutores? Realmente não poderão concluir o curso de formação e serem considerados servidores do Estado, a serviço da população.

E os Alunos-Soldados da Polícia Militar do Paraná? O que se deve fazer para desligar aqueles que se mostrarem inaptos, ou não vocacionados, ou ainda não adaptados à vida policial militar, ou demonstrarem desvios de comportamento que venham a comprometer a Polícia Militar?

Quando assim se indaga, é feito com a preocupação de não haver atualmente um mecanismo de defesa contra esse tipo de alunos, e se a Instituição Miliciana não tomar cuidado, haverá daqui a pouco tempo um bando de desequilibrados, marginais uniformizados, com armas na cintura, cometendo atrocidades e maculando a imagem da Sesquicentenária Milícia Paranaense.

Há exemplos de milicianos que ao saírem das Escolas de Formação vestidos de Policiais, freqüentaram as manchetes dos jornais, apontados como autores de crimes, denegrindo a imagem da Corporação e colocando em dúvida a

sua capacidade de formar adequadamente homens para o serviço policial. Milicianos saídos dos bancos escolares que matam, roubam, envolvem-se com tráfico de drogas, homens que deveriam inspirar respeito, acabam inspirando temor na população. Tudo isso porque durante o Curso de Formação de Soldados não houve uma seleção apurada, não houve condições de mandá-los embora da Polícia Militar, por falta de instrumentos legais adequados.

Há que se evitar que pessoas de má índole, ou desajustadas, não vocacionadas, que não se adaptam à vida policial militar, alcem a condição de Policiais e com o seu comportamento venham a comprometer a segurança da população e a macular a imagem da Polícia Militar. Aí fica demonstrada a necessidade de se ter mecanismos para excluí-los já na Escola de Formação de Soldados. Se não se fizer isso, estar-se-á sujeito a ver nas manchetes dos jornais sensacionalistas, aqueles Policiais-Militares desajustados, como protagonistas principais dos mais horrendos crimes contra a população e denegrindo a imagem da Instituição.

A exemplo do que é feito em outras instituições públicas, a Polícia Militar do Paraná precisa rever a forma de ingresso nos seus quadros, e a forma de se fazer isto é modificando os editais, incorporando-se o Curso de Formação de Soldados como uma das etapas do processo de seleção. Ao fazer isso, a Polícia Militar criaria um mecanismo de defesa da Instituição, pois a não aprovação no citado curso implicaria no desligamento do Aluno-Soldado do curso e da Corporação.

A adoção desta medida simples e prática resolveria grande parte dos problemas que a PMPR enfrenta ao tentar selecionar os candidatos a ingresso na Instituição. Considerando-se o Curso de Formação de Soldados como mais uma etapa do processo seletivo, de forma classificatória e eliminatória, possibilitaria dispensar aqueles Alunos que venham a apresentar desvios de comportamento, tanto na parte disciplinar como escolar.

Façamos uma pequena digressão e imaginemos a situação de um Aluno-Soldado que no período do curso de formação tenha um número grande de faltas não justificadas, ou não tenha o aproveitamento escolar adequado, ou ainda que comece a apresentar condutas comprometedoras à luz das leis nacionais. Quando isso ocorre na atualidade, a única forma de dispensá-lo é através de um Processo

Administrativo Disciplinar, na modalidade de Conselho de Disciplina, que em média demora cento e vinte dias até ser solucionado e na maioria das vezes acaba não conseguindo excluir o Aluno relapso nas atividades escolares por falta de previsão legal na Lei do Conselho de Disciplina. Mesmo aquele que transgride a disciplina, e comete atos altamente reprováveis, a Polícia Militar tem dificuldades em afastá-lo dos quadros da Instituição, e quando o faz é depois de um lapso de tempo muito grande em razão de atos postergatórios dos seus defensores.

É patente a necessidade de se adotar a postura ora sugerida como um meio de defesa da Milícia Paranaense.

Além disso, a figura jurídica da estabilidade não está contemplada na nossa legislação, o que também acarreta um tratamento igualitário para aqueles Policiais que já contam com vários anos de serviço prestados à Polícia Militar e outros que entraram há alguns dias, meses e são tratados de maneira idêntica. Não pode haver igualdade entre desiguais.

Para confirmar o que afirmamos, compulsamos a legislação peculiar, ou seja, a Lei Estadual nº. 1.943, de 23 de junho de 1954, procurando previsões sobre a estabilidade e não achamos. Encontramos sim uma previsão sobre vitaliciedade e concluímos que a citada lei confunde vitaliciedade com estabilidade, aquela privativa de alguns servidores do Estado, por determinação Constitucional, e esta relativa a todos os funcionários do Estado.

A vitaliciedade é assegurada aos Magistrados, integrantes do Ministério Público, Ministros do Tribunal de Contas da União e Oficiais Militares de acordo com a Constituição Federal. A vitaliciedade constitui-se na garantia destes servidores em só serem dispensados do serviço público quando houver uma sentença judicial condenatória com trânsito em julgado. É inadmissível pela legislação federal a dispensa destes funcionários por ato administrativo, há que ter uma manifestação judicial.

Já a estabilidade permite que o funcionário público seja afastado do serviço público em razão de ato administrativo. Convém lembrar que tal ato deverá ser revestido de algumas formalidades, como a garantia da ampla defesa, do contraditório e de todas as provas admitidas em direito.

O Código da Polícia Militar do Paraná, no seu quinto artigo confere aos Oficiais da Polícia Militar o direito a vitaliciedade quando são promovidos ao primeiro

posto. Isto está em consonância com a norma constitucional. Porém, o mesmo artigo no seu parágrafo segundo assegura aos Praças a vitaliciedade presumida, mas não explica o que é isso. O que seria essa vitaliciedade presumida? Tal direito não pode ser concedido a outros servidores senão aqueles que a Constituição Federal prevê. A lei infraconstitucional não pode restringir, nem ampliar este direito, afinal a Constituição Federal foi exaustiva, direta.

Talvez o legislador entendesse que tal vitaliciedade seria o equivalente a estabilidade. Dentro da legislação estadual referente aos integrantes da Polícia Militar, não encontramos a conceituação de estabilidade, nem como deve ser aplicada, ou ainda como se processa a avaliação de um possível estágio probatório. Há uma lacuna legal, e por enquanto inexplorada pelos defensores daqueles maus Policiais.

Após haver a previsão legal da estabilidade, far-se-á necessário ditar regras para a avaliação dos Policiais-Militares durante o estágio probatório. Após o cumprimento deste lapso temporal é que o Policial-Militar adquirirá a estabilidade.

O estágio probatório é a oportunidade para se avaliar o futuro profissional da Polícia Militar, é nesta oportunidade que podemos verificar aqueles que são inaptos, sem vocação, os desvios de comportamento, aqueles que não assimilaram os valores maiores da Corporação, que apresentam tendências violentas, enfim aqueles contra indicados para o serviço policial. Talvez sejam ótimos funcionários, empresários em outros ramos de atividade, mas não como Policiais-Militares.

Os prazos deste estágio, a forma de afastar estes Policiais-Militares, a definição legal e correta da estabilidade, como funcionaria o estágio probatório é o que se busca. Só para ilustrar o que afirmamos citaremos o que está ocorrendo atualmente com a Escola de Formação de Soldados em andamento na Polícia Militar, onde foram abertas mil vagas para Soldado. No edital deste concurso, estipulou-se que os Alunos-Soldados realizarão o Curso de Formação e após isso ficarão em estágio probatório por seis meses. Considerando que há uma previsão constitucional a respeito e que esta remete à legislação própria de cada força para disciplinar este assunto, e que na legislação referente à Polícia Militar tal exigência não está contemplada nos deparamos com um abuso de poder, uma exigência sem respaldo legal.

A Corporação não pode exigir nada que não esteja previsto em lei específica, pois qualquer funcionário público de inteligência mediana sabe que a administração pública só pode fazer aquilo que a lei determina, esta assertiva é um dogma do direito administrativo.

Então é necessário alterar-se a lei paranaense e editar norma que contemple a estabilidade para os milicianos estaduais.

Junto com a adoção dessa medida é imprescindível que se regulamente como se processará a aquisição deste direito, deve-se estabelecer regras fundadas na lei para disciplinar o estágio probatório, determinar o lapso temporal, as formas de se afastar aqueles Policiais que se revelarem inaptos, os que não possuem vocação, aqueles que não obtiverem o aproveitamento escolar adequado, enfim as condições para se apurar quem realmente preenche os requisitos para integrar os quadros da Polícia Militar.

O primeiro passo é criar dentro das normas legais o instituto da estabilidade, bem definido e dentro da realidade do ordenamento pátrio. A segunda providência seria a regulamentação do estágio probatório, definindo o período aquisitivo, as condições de exoneração para aqueles que deixarem de satisfazer as condições exigidas pela Corporação.

É importante ressaltar que tais providências extrapolam os muros da caserna, que o Poder Executivo e o Legislativo Estadual deverão ser envolvidos e sensibilizados sobre a necessidade de tratar este assunto com a urgência que ele merece.

Talvez por falta de conhecimento da legislação estadual, os defensores daqueles Policiais que cometeram atos contrários a disciplina e outros correlatos, ainda não atentaram sobre a disfunção da previsão legal da vitaliciedade dos Praças. Caso invoquem tal dispositivo, a Instituição Policial só poderá excluir os Policiais-Militares que tiverem contra si uma sentença condenatória com trânsito em julgado. Aquelas exclusões exclusivamente por atos administrativos não seriam mais possíveis. A Polícia Militar ficaria refém desses maus profissionais e não conseguiria expurgá-los do seu meio.

Liminarmente constatou-se a necessidade de se ter um mecanismo de defesa da Milícia Paranaense contra os Alunos-Soldados inaptos profissionalmente, violadores da disciplina e dos valores da caserna, com aproveitamento escolar

inadequado, ou simplesmente sem vocação. Após isso constatamos que não há na legislação peculiar previsão do instituto jurídico da estabilidade, mas uma confusão com outro instituto que é a vitaliciedade. Ficou claro que a vitaliciedade é prerrogativa de alguns funcionários do Estado, e na classe dos militares é privativa dos Oficiais, não podendo ser estendida aos Praças, pois a norma infraconstitucional não pode ampliar, nem restringir direitos estipulados pela Carta Magna.

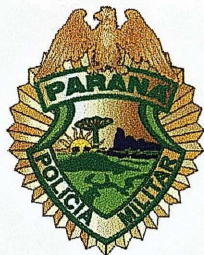
Após discorrer sobre o assunto, concluímos que há a necessidade imperiosa de se alterar a forma de ingresso na Polícia Militar, fazendo-se com que o Curso de Formação de Soldados seja apenas mais uma das fases do Processo Seletivo, e que tenha caráter classificatório e eliminatório.

É, importante ainda, que o concludente do Curso de Formação de Soldados seja submetido a um estágio probatório, com duração de três anos, para somente depois ser promovido a Soldado de Primeira Classe e só assim adquirir a estabilidade.

Para isso, há que se alterar a legislação própria da PMPR, ou seja, a longeva Lei Estadual nº. 1.943, de 23 de junho de 1954.

9 SUGESTÃO

Com base em tudo o que foi dito é que se apresenta a proposta a seguir, visando melhorar o critério de seleção, e criando mecanismos adequados e legais visando proporcionar à Polícia Militar do Paraná condições de excluir da Escola de Formação de Soldados e durante o período de estágio probatório aqueles que por um motivo ou outro não se adequarem à Escola e aos propósitos da Polícia Militar.



POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

ANTEPROJETO DE LEI N.º / 2006.

Altera dispositivos da Lei Estadual n.º 1943, de 23 de Junho de 1954 (Código da Polícia Militar do Paraná).

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ DECRETOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

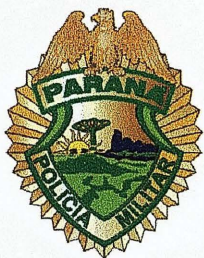
Art. 1º. A Lei Estadual n.º 1943, de 23 de Junho de 1954 (Código da Polícia Militar do Paraná), passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 5º. São militares estaduais de carreira os componentes da Polícia Militar com vitaliciedade ou estabilidade assegurada.

§ 1º. A vitaliciedade é assegurada ao oficial a partir da promoção ao primeiro posto do respectivo quadro, após ter sido aprovado em concurso público e concluído com aproveitamento o curso de formação ou adaptação, bem como o respectivo estágio probatório, atendidas as demais condições estabelecidas em lei.

§ 2º. A estabilidade é assegurada à praça a partir da promoção a Soldado de Primeira Classe, após ter sido aprovada em concurso público e concluído com aproveitamento o curso de formação, bem como o respectivo estágio probatório, atendidas as demais condições estabelecidas em lei.

Art. 19. Os diferentes postos e graduações da hierarquia da Polícia Militar são acessíveis a todos os brasileiros, observadas as condições previstas no presente Código e nos regulamentos em vigor.



POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

Art. 20. São formas de ingresso na Polícia Militar, mediante concurso público:

I - no Curso de Formação de Soldados, na condição de Soldado de Segunda Classe;

II - no Curso de Formação de Oficiais, na condição de Cadete; e

III - no Curso de Adaptação para Oficiais, dos Quadros de Saúde e Especialistas.

Parágrafo único. Os concludentes do Curso de Formação de Oficiais serão promovidos a Aspirantes-a-Oficial por ato do Comandante-Geral, graduação na qual realizarão o estágio probatório previsto nesta lei.

Art. 21. São requisitos para ingresso na Polícia Militar, através das modalidades previstas no Art. 20 desta lei:

I – ser brasileiro;

II – ter boa saúde física e mental, comprovada em inspeção médica, mediante exames clínico-físico-geral, laboratorial, oftalmológico, odontológico e biométrico, bem como não apresentar seqüelas ou deficiências relacionadas à compleição do corpo incompatíveis com a estética militar e a natureza da atividade profissional;

III – possuir capacidade de resistência física, comprovada mediante exame de capacidade física;

IV – ter personalidade, temperamento, coeficiente de inteligência e capacidade de liderança adequada para a ocupação do cargo de policial-militar e para o desempenho de funções para as quais será qualificado, avaliados em exame psicológico;

V – ter aptidão intelectual e grau de escolaridade compatível com a modalidade de ingresso na Polícia Militar, avaliado através de provas escritas de matérias constantes dos currículos do ensino oficial, conforme dispuser o edital do respectivo concurso;

VI – possuir habilidade específica ou técnica, avaliada através de provas escritas e/ou práticas, ou de execução;



POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

VII – submeter-se à prova de títulos, nos casos que assim recomendar o grau e a natureza do curso;

VIII – não se encontrar denunciado em processo criminal pela prática de crime de natureza dolosa e nem possuir antecedentes criminais ou policiais incompatíveis com a carreira policial-militar;

IX – ter, no mínimo 1,65m de altura, se do sexo masculino e 1,60m de altura, se do sexo feminino;

X – estar em dia com as obrigações relativas ao serviço militar;

XI – não professar doutrinas nocivas à disciplina e à ordem, ou adotar princípios contrários às instituições e aos valores militares e civis, bem como em relação aos princípios norteadores da política brasileira relativa aos direitos humanos, comprovado mediante ato declaratório;

XII – estar em dia com as obrigações eleitorais;

XIII – atender às seguintes condições de limite de idade, no ato da inscrição:

- a) para o Curso de Formação de Oficiais: de 17 a 25 anos;
- b) para o Curso de Formação de Soldados: de 18 a 30 anos;
- c) para o Curso de Adaptação para Oficiais dos Quadros de Saúde e Especialistas: de 25 a 30 anos;

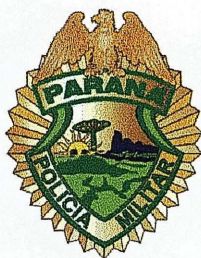
XIV – comprovar 2(dois) anos de residência médica, no caso de candidatos para o Quadro Médico;

XV – ser motorista habilitado para conduzir veículo automotor, não se encontrando com o direito de dirigir cassado ou suspenso, para matrícula no curso de formação de soldados;

XVI – apresentar procedimento social irrepreensível e idoneidade moral inatacável, devidamente apurados em investigação de procedimento social;

XVII – não ter sido excluído ou demitido da Corporação, das Forças Armadas ou de outras Forças Auxiliares a bem da disciplina ou, como servidor público, não ter sido demitido a bem do serviço público ou por ato de improbidade administrativa;

§ 1º. Todos os requisitos, exigências e exames ou provas previstos neste artigo têm caráter eliminatório, independentemente da fase do respectivo concurso.



POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

§ 2º. O edital do concurso especificará o grau mínimo de aprovação em cada prova ou habilidade a que se referem os incisos V e VI deste artigo, considerada a escala de zero a dez, enquanto que, para as demais provas ou exames, a habilitação ou a inabilitação serão conferidas, respectivamente, pelos conceitos "apto" ou "inapto", com a exceção do exame psicológico, previsto no inciso IV, cujo resultado será "indicado" ou "contra-indicado".

§ 3º. Os voluntários à matrícula, de acordo com o "caput" deste artigo, poderão ser do sexo masculino e feminino, porém, dentro dos limites das vagas previstas para cada sexo, conforme dispuser o respectivo edital.

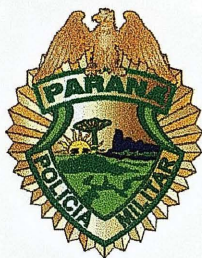
§ 4º. É vedada a matrícula em curso, independente de grau e modalidade, se o candidato apresentar qualquer tatuagem permanente no corpo, mesmo estilizada, que possa comprometer a estética, ou expressar ou sugerir qualquer ligação com gangues, organizações criminosas ou de estímulo à violência e ao uso de drogas, ou ainda, contrárias aos princípios e valores de liberdade e democracia, além de outras contrárias à moral, à lei, à ordem e aos costumes.

§ 5º. As demais condições de exigências para a matrícula, assim como as normas de constituição dos exames, testes e inspeção, critérios de avaliação, índices mínimos, condições de habilitação, comportamento militar, documentação necessária à comprovação dos requisitos exigidos e outras necessidades relacionadas ao processo seletivo, serão estabelecidas por edital para cada concurso.

§ 6º. Os recursos admitidos, bem como os prazos para interposição, contra resultados de provas ou etapas de concursos realizados para ingresso na Polícia Militar, serão fixados no respectivo edital.

§ 7º. O processo de ingresso na Polícia Militar somente complementar-se-á, após a devida aprovação nas modalidades de curso de formação ou adaptação e seus respectivos estágios probatórios.

§ 8º. Observados os demais requisitos para ingresso, é assegurado o mínimo de 20% (vinte por cento) das vagas anualmente fixadas para o Curso de Formação de Oficiais, para os alunos concludentes do ensino médio do Colégio da Polícia Militar, que obtiverem as melhores médias ou



POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

notas, independentemente do Exame Intelectual previsto no inciso V deste artigo, atendidas as seguintes condições, devidamente comprovadas mediante certidão expedida pelo Diretor do Colégio da Polícia Militar, além do que dispuser o edital do concurso:

- a) ter freqüentado o Colégio da Polícia Militar do Paraná, no mínimo, desde a 1ª série do ensino médio, com todos os bimestres completos;
- b) a classificação se dará pela média aritmética simples das notas finais obtidas nas três séries do ensino médio, observando-se que esta deverá ser igual ou superior a 7,00 (sete);
- c) não ter sido reprovado em nenhuma série do ensino médio;
- d) ter concluído a 3ª série do ensino médio, exclusivamente no ano anterior ao ingresso pelo concurso.

§ 9º. Eventualmente e no interesse da Administração Pública, poderão ser realizados convênios com órgãos ou entidades públicas ou privadas para o apoio ou realização dos concursos e exames de que dispõem este artigo.

§ 10º. Para a matrícula de candidatos oriundos dos quadros da Polícia Militar do Paraná, no Curso de Formação de Oficiais, aplicam-se as seguintes disposições específicas, além do fixado neste artigo:

- a) ter no máximo 30 anos de idade na data da inscrição;
- b) estar classificado, no mínimo, no comportamento "bom";
- c) não estar sendo processado ou cumprindo sentença criminal, ou submetido a processo administrativo disciplinar, por fato incompatível com o exercício da função policial militar.

§ 11. Os candidatos matriculados no Curso de Formação de Oficiais, tendo em vista a sua natureza, bem como o seu funcionamento em regime de internato, não poderão contrair matrimônio durante a sua realização.

Art. 22. Aos candidatos a ingressos no Curso de Adaptação para Oficiais dos Quadros de Saúde e Especialistas, na condição de Aspirante-a-Oficial, além das disposições do artigo 21 desta lei, exige-se, ainda:

- I – comprovação de diplomação específica na área de ingresso;
- II – apresentação de diploma devidamente registrado no órgão competente;



POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

III – comprovação de que está no exercício da profissão, sem qualquer tipo de impedimento;

IV – apresentação de documentos que comprovem ser detentor dos títulos previstos no edital do concurso.

Parágrafo único. É facultada ao candidato a apresentação de trabalhos ou documentos reveladores de sua capacidade intelectual ou técnica, com a finalidade de formação de conceito a seu respeito.

CAPÍTULO VIII

Do Concurso Público

Art. 36. O concurso será de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em quantas etapas forem as necessárias, conforme dispuserem os editais próprios, condicionada a inscrição do candidato ao pagamento do valor fixado no edital, quando indispensável ao seu custeio, e ressalvadas as hipóteses de isenção nele expressamente previstas.

§ 1º. O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

§2º. O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná, e em jornal diário de grande circulação, observadas as disposições desta lei.

§ 3º. Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.

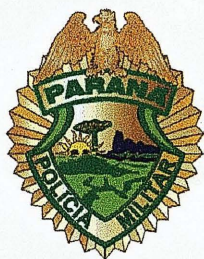
§ 4º. A inclusão obedecerá a ordem de classificação dos candidatos habilitados em concurso, de acordo com o número de vagas previstas em edital.

§ 5º. Fica facultada a previsão em edital dos locais e critérios de classificação após o término do curso de formação.

Seção I

Da Inclusão e do Exercício

Art. 37. A inclusão dar-se-á pela assinatura do respectivo termo de inclusão, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as



POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.

§ 1º. O policial-militar incluído, após habilitação em concurso público, que atingir o limite de faltas global, ou por ano letivo do respectivo curso de formação, conforme dispuserem os respectivos planos de cursos, sem que sejam justificadas, será excluído.

§ 2º. Em se tratando de policial-militar, pertencente à Polícia Militar, que esteja na data de publicação do ato de inclusão, em gozo de férias, em licença especial ou para tratar de assuntos particulares, previstas neste código, estas deverão ser interrompidas, mediante pedido formulado por ele, sob pena de perder o direito à matrícula.

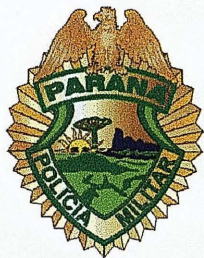
§ 3º. No ato da inclusão, o candidato aprovado em concurso público apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao não exercício de outro cargo, emprego ou função pública.

§ 4º. Não poderá ser incluído na Polícia Militar, candidato habilitado em concurso público, ocupante de outro cargo ou função públicos, emprego público, bem como aquele que exerce atividade remunerada na iniciativa privada incompatível com o exercício da futura função policial militar.

Art. 38. Exercício é o efetivo desempenho das atribuições inerentes ao cargo de policial-militar, que se inicia pelo curso de formação específico.

§ 1º. O candidato habilitado em concurso público e regularmente incluído na Polícia Militar, que não se apresentar na Unidade designada para o início do respectivo curso de formação ou de adaptação, na data estabelecida, salvo motivo de força maior, plenamente comprovado, será excluído.

§ 2º. A exclusão a que se refere o parágrafo anterior será realizada pelo Comandante-Geral, mediante proposta do Chefe, Comandante ou Diretor da Unidade ou entidade para onde for designado o policial-militar para freqüentar o curso de formação.



POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

Art. 39. Os policiais-militares cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, das escalas de serviços afetas a cada função ou encargo exercido, bem como as previstas nos regulamentos dos estabelecimentos de ensino e das unidades onde servirem.

Seção II

Do Estágio Probatório

Art. 40. Ao completar o curso de formação com aproveitamento, o policial-militar incluído ficará sujeito a estágio probatório, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objetos de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores:

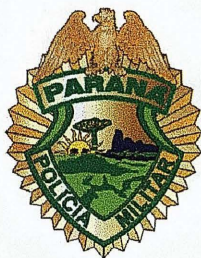
- I – assiduidade;
- II – disciplina;
- III – capacidade de iniciativa;
- IV – produtividade;
- V – dedicação ao trabalho;
- VI – idoneidade moral;
- VII – responsabilidade;
- VIII – capacidade técnica; e,
- IX – eficiência.

§ 1º. O estágio probatório é parte integrante do processo seletivo de ingresso na Polícia Militar.

§ 2º. O estágio probatório, devido à natureza e especificidade de cada forma de ingresso na Polícia Militar, terá a seguinte duração:

- a) 03 (três) anos de efetivo serviço para Soldado de Segunda Classe; e,
- b) 01 (um) ano de efetivo serviço para Aspirante-a-Oficial.

§ 3º. Dois meses antes de findo o período do estágio probatório, será submetida à homologação do Comandante-Geral a avaliação do desempenho do policial-militar, realizada de acordo com o que regular o edital do concurso, sem prejuízo da continuidade de apuração dos fatores enumerados nos incisos I a IX deste artigo.



POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

§ 4º. O policial-militar reprovado no estágio probatório será excluído do efetivo da Polícia Militar ou, se estável, reconduzido ao posto ou graduação anteriormente ocupado, observado o disposto nesta lei.

§ 5º. O policial-militar em estágio probatório poderá exercer quaisquer funções ou encargos afetos ao seu grau hierárquico e especialização

§ 6º. Ao policial-militar em estágio probatório somente poderão ser concedidas as licenças previstas nos artigos 124, 125, parágrafo único, alíneas "a" e "c", desta lei, bem assim afastamento para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Polícia Militar.

§ 7º. O estágio probatório ficará suspenso durante as licenças e os afastamentos previstos nos artigos 124, 125, parágrafo único, alíneas "a" e "c", desta lei, bem assim na hipótese de participação em curso de formação, e será retomado a partir do término do impedimento.

§ 8º. Os policiais-militares já pertencentes à Polícia Militar, com estabilidade assegurada ou não, ao concluírem novo curso de formação, ficam sujeitos às normas do estágio probatório previstas neste artigo, além do que dispuser o edital do concurso.

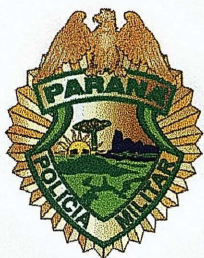
§ 9º. Os policiais-militares incluídos no Curso de Adaptação para Oficiais, dos Quadros de Saúde e Especialistas, somente poderão ser promovidos aos postos iniciais de cada quadro, após completarem com aproveitamento o estágio probatório.

§ 10º. Serão, também, excluídos os policiais-militares que forem contra-indicados durante o estágio probatório, ou curso de formação, pelos seguintes motivos:

a) ter praticado ato por si só considerado inidôneo, incompatível ou contrário à moral, à ética e ao pundonor militar, independentemente de classificação de comportamento anterior, que o contra-indique a permanecer no estado efetivo da Corporação;

b) que estando classificado no comportamento insuficiente e notificado de que fora dada última oportunidade para melhoria de comportamento, reincida em falta de qualquer natureza, tornando-se inconveniente à disciplina e à permanência nas fileiras da Polícia Militar.

§ 11. Os policiais-militares incluídos no Curso de Formação de Soldados, como Soldados de Segunda Classe, após completarem



POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

com aproveitamento o estágio probatório serão promovidos a Soldados de Primeira Classe.

§ 12. O estágio probatório será desenvolvido de acordo com regulamento específico a ser baixado pelo Comandante-Geral da Polícia Militar, consideradas as disposições desta lei.

Seção III

Da Estabilidade

Art. 41. O policial-militar incluído através de concurso público e no exercício pleno do cargo, adquirirá estabilidade após completar, com aproveitamento, o respectivo estágio probatório, quando se dará o ato de incorporação definitiva na Polícia Militar.

Art. 42. O policial-militar estável só perderá a graduação, posto ou patente, bem como a função pública, em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa, e o contraditório na forma da lei.

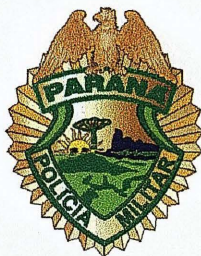
Art. 291. Será excluído do estado efetivo da Corporação o Aspirante-a-Oficial que:

- a) falecer;
- b) for reformado;
- c) desertar;
- d) for reprovado em curso de adaptação ou de formação;
- e) for reprovado ou contra-indicado em estágio probatório;
- f) perder a função pública; e
- g) solicitar a exclusão, atendida a exigência do parágrafo único do artigo 167, deste Código;

Art. 292. É excluído da Corporação o cadete que:

- a) falecer;
- b) desertar;
- c) for reformado;
- d) solicitar a exclusão;
- e) for desligado do Curso de Formação de Oficiais, por ter sido reprovado ou por motivos disciplinares, desde que não seja originário das fileiras da Corporação, caso em que retorna à situação anterior, desde que estável.

Parágrafo único. Ao cadete será permitida a reprovação apenas uma vez durante o Curso de Formação de Oficiais.



POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

Art. 293. A praça da Corporação somente poderá ser excluída de seu estado efetivo, pelos seguintes motivos:

- a) falecimento;
- b) reforma;
- c) deserção;
- d) exclusão a bem da disciplina;
- e) perda da graduação ou da função pública;
- f) a pedido; e
- g) reprovação no Curso de Formação de Soldados, ou no seu respectivo estágio probatório.

§ 1º. A exclusão, na forma determinada neste artigo, verificar-se-á por ato do Comandante-Geral.

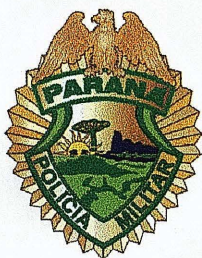
§ 2º. Durante a vigência do estado de guerra, mobilização ou quando a praça for devedora à Fazenda Estadual, poderá lhe ser vedada a exclusão a pedido.

Art. 294. Será excluída da Corporação a praça de qualquer graduação, com estabilidade assegurada, que cometer transgressão disciplinar que importe na perda da graduação e da função pública, em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de decisão administrativa motivada através de Conselho de Disciplina.

Parágrafo único. O Aspirante-a-Oficial e as demais praças sem estabilidade assegurada, durante o período de curso de formação, de adaptação ou de estágio probatório, poderão ser excluídas do estado efetivo da Corporação, independente de processo administrativo na modalidade de Conselho de Disciplina ou de sentença judicial transitada em julgado, conforme dispõe esta lei, desde que não sejam originários das fileiras da Corporação, caso em que retornam à situação anterior, desde que estáveis.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, PR, em ____/____/2006.



POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

JUSTIFICATIVA

Com a promulgação das Emendas Constitucionais n.º 18/98 e 20/98, a redação do Art. 42, da CF, foi alterada, ficando claro e objetivo, sob o ponto de vista constitucional, que as matérias relativas ao ingresso, portanto inclusão na Polícia Militar, deverão ser tratadas por lei estadual específica.

O § 1º, do Art. 42, da CF, remete o assunto ao inciso X, § 3º, do Art. 142, da CF, o qual diz que:

“ a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra.”

Transportando o disposto acima, para a realidade estadual, verifica-se que as matérias ali contidas, relativas à Polícia Militar, deverão ser objeto de lei estadual específica. Nota-se que estas matérias são de natureza estatutária, porque dizem respeito ao militar estadual. A exemplo de outras Corporações, no âmbito do Estado, a matéria foi objeto, inclusive, de lei complementar.

No nosso caso, a lei que regula essa questão é o Código da PMPR.

O nosso Código – Lei Estadual n.º 1943/54, já bastante superado em alguns pontos, trata de todas estas questões e especialmente do ingresso na carreira policial militar.



POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

Ao tratar do ingresso, o Código assim dispõe:

Art. 19. Os diferentes postos da hierarquia da Corporação são acessíveis a todos os seus componentes, observadas as condições previstas no presente Código e nos regulamentos em vigor.

Art. 20. O ingresso na Corporação dar-se-á:

- a) como oficial não combatente;
- b) como soldado; e
- c) como aluno do Curso de Formação de Oficiais Combatentes¹.

Art. 21. São condições para o ingresso:

I - como oficial não combatente:

aprovação em concurso;

II - como soldado:²

- a) ser brasileiro nato;
- b) ser reservista do Exército, da Marinha de Guerra ou da Aeronáutica Nacional, ou ser portador de autorização do Comando da Região;
- c) ser alfabetizado;
- d) ter comprovada moralidade;
- e) ter capacidade física comprovada pelo Serviço de Saúde da Corporação; e
- f) ter no máximo 30 anos de idade.³

III - como aluno do CFO:

a respectiva matrícula, na forma do regulamento próprio.

Art. 22. O ingresso nos quadros de oficiais das armas e dos serviços só é permitido nos postos iniciais das respectivas escalas hierárquicas.

Conforme se pode facilmente concluir, nem todas as disposições, requisitos e demais condições necessárias ao ingresso e inclusão, sob o ponto de vista constitucional e contemporâneo, estão contempladas pela atual lei.

Outro fator que merece destaque é a questão da estabilidade e do estágio probatório. Estas duas questões estão tratadas de forma muito controvertida, pois da forma como a lei dispõe, a partir do ato de inclusão, por não ser prevista a exigência de estágio probatório, o militar estadual se torna estável. Nessa condição só poderá perder a graduação, posto ou patente, bem como a função pública, por sentença

¹ V. Art. 9º do Decreto-Lei nº 667/69

² O recrutamento de praças para as PPMM obedecerá ao voluntariado, de acordo com a legislação própria de cada Unidade da Federação, respeitadas as prescrições da Lei do Serviço Militar e seu regulamento. (Artigo 11, do Decreto-Lei nº 667/69)

³ A Diretriz do Comando-Geral de 28 Abr 72, estabeleceu a idade máxima de 25 anos e outros requisitos para ingresso na Corporação, além dos mencionados no presente Código. O Boletim Geral nº 210, de 07 Nov 75, elevou o limite de idade para no máximo 30 anos.



POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

judicial com trânsito julgado ou mediante processo administrativo disciplinar, aonde lhe seja assegurada a ampla defesa.

Com a efetivação deste projeto, procura-se solucionar todas as questões relativas ao ingresso e estabilidade na Polícia Militar, sob a ótica constitucional vigente.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Ministério da Justiça. Edital nº 024, de 15 de julho de 2004, Concurso para o cargo de Delegado de Polícia Federal, Brasília, 2004.
- CASTRO, João Bosco de. Ten. -Cel. **Papel do Tenente**, Nota Instrutiva nº 022/93-CG, de 26 de abril de 1993, Essência Doutrinária- Crítica Textual, Vol. I, Minas Gerais, Editora Oficina Redatorial Guimarães Rosa, 1996.
- CASTRO, João Bosco de. Ten.-Cel. **Valores Fundamentais da Polícia Militar**. Nota Instrutiva nº 004-CG, de 20 de junho de 1986, Essência Doutrinária- Crítica Textual, Vol. I, Minas Gerais, Editora Oficina Redatorial Guimarães Rosa, 1996.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 13ª ed. São Paulo, Editora Atlas, 2001.
- ESPÍRITO SANTO. **Manual de Instrução Modular**. 3ª Seção do Estado-Maior da Polícia Militar do Espírito Santo, 4. ed., 1997.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário de Língua Portuguesa**. 3. ed., Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1993.
- FIGUEIREDO, Lucia Valle. Curso de Direito Administrativo. 5ª ed., São Paulo, Malheiros Editores, 2001.
- GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 6ª ed., São Paulo, Editora Saraiva, 2001.
- MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 16. ed. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1991.
- MELLO, Celso Antonio bandeira de. Direito Administrativo. 6ª ed. São Paulo, Editora Saraiva, 2001.
- SAVARIZ, Manoelito Carlos. 1º Ten. PM. **A Formação de Oficiais**. Revista Unidade, Ano I, nº 04, Rio Grande do Sul, 1983.
- SAVARIZ, Manoelito Carlos. 1º Ten. PM. **A Formação de Oficiais**. Revista Unidade, Ano II, nº 05, Rio Grande do Sul, 1984.
- VEJA, Revista, edição nº 1,524, de 03 de dezembro de 1997, Editora Abril, 1997.

LEGISLAÇÃO

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. *NBR 14724 - Informação e documentação - Trabalhos acadêmicos - Apresentação*. Rio de Janeiro. Agosto de 2002.

BAHIA, Estatuto dos Policiais Militares da, Lei Estadual nº 7.990, de 27 de julho de 2001.

BRASIL, Constituição da República Federativa do. 33ª. ed., Editora Saraiva São Paulo, 2004.

BRASIL, **Decreto-Lei nº 2.010 de 12 de janeiro de 1983.**

BRASIL, **Decreto-Lei nº 2.320 de 26 de janeiro de 1987.**

BRASIL, **Decreto-lei nº 667 de 02 de julho de 1969.**

CONJUR, Parecer nº 26, EMFA, publicado no Diário Oficial da União de 05 de dezembro de 1991.

PARANÁ, Lei Estadual nº 6.961, de 28 de novembro de 1977, Conselho de Disciplina da PMPR, Curitiba, 1977.

PARANÁ, Comando Geral da PMPR, Determinação Boletim do Comando Geral nº 999/97, de 99 de setembro de 1997, Curitiba, 1997.

PARANÁ, Comando Geral da PMPR, Portaria n.º 088, de 12 de março de 1980, Comissão de Sindicância, Curitiba, 1980.

PARANÁ, Comando Geral da PMPR, Portaria n.º 450-DP/SJD, de 10 de agosto de 1993, Sindicância Disciplinar, Curitiba, 1993.

PARANÁ, Constituição do Estado do, 1999, Assembléia Legislativa, 5ª. ed., Curitiba, 1999.

PARANÁ, Lei Estadual nº 1.943, de 23 de junho de 1954, Código da Polícia Militar, Curitiba, 1954.

PARANÁ, Lei Estadual nº 241, de 06 de setembro de 1949, Estatuto da Polícia Militar, Curitiba, 1949.

PARANÁ, Lei Estadual nº 8.115, de 25 de junho de 1985, Conselho de Justificação da PMPR, Curitiba, 1985.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca Central. **Normas para apresentação de Trabalhos**. Vol. 2, 6, 7 e 8, 6. ed. Curitiba, Editora da UFPR, 2000.

SITES

www.nc.ufpr.br – dia 21 de maio 2006 às 21h30min; dia 16 de junho 2006 às 23h46min; dia 10 de julho 2006 às 23h55min.

www.dpf.gov.br – dia 22 de junho 2006 às 02h35min; dia 10 de julho de 2006 às 23h15min.

www.polmil.sp.gov.br – dia 26 de maio 2006.

www.pmmg.gov.br – dia 29 de maio 2006.

www.policiamilitar.rj.br – dia 29 de maio 2006..

www.pmdf.df.gov.br – dia 26 de maio 2006.

www.pm.go.gov.br – dia 29 de maio 2006.

www.pm.ce.gov.br – dia 29 de maio 2006.

www.pm.es.gov.br – dia 29 de maio 2006.

www.pm.pe.gov.br – dia 29 de maio 2006.

www.pm.al.gov.br – dia 29 de maio 2006.

www.pm.am.gov.br – dia 29 de maio 2006.

www.pm.ba.gov.br – dia 29 de maio 2006.

www.pm.ro.gov.br – dia 29 de maio 2006.

www.pm.ms.gov.br – dia 29 de maio 2006.

www.pm.to.gov.br – dia 29 de maio 2006.

www.pm.ma.gov.br – dia 29 de maio 2006.

www.pm.pa.gov.br – dia 29 de maio 2006.

www.pm.pi.gov.br – dia 29 de maio 2006.

www.pm.ac.gov.br – dia 30 de maio 2006.

www.pm.mt.gov.br – dia 30 de maio 2006.

www.pm.pb.gov.br – dia 29 de maio 2006.

www.brigadamilitar.rs.gov.br – dia 29 de maio 2006.

www.pm.se.gov.br – dia 30 de maio 2006.

www.pm.rn.gov.br – dia 29 de maio 2006.

www.pm.sc.gov.br – dia 26 de maio 2006.